

Debate Sindical

Nº 18 - ABRIL/MAIO/JUNHO - R\$ 5,50

As reformas neoliberais de FHC





ÍNDICE

- 3** 10 anos de atividades do CES
- 4** As reformas neoliberais do governo FHC
- 8** Crise do México abala o sono das elites
- 13** Falsa proposta do governo de contrato coletivo
- 19** Pluralismo ou unicidade: uma questão polêmica
- 26** "Lugar de mulher é no sindicato"
- 31** Mundo do trabalho e formação profissional
- 40** A tumultuada trajetória do sindicalismo japonês
- 47** Livro de Engels sobre a Inglaterra faz 150 anos
- 54** Resenhas de livros

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). **Sede:** Rua Pirapitingui, nº 12, CEP 01508-020, Liberdade, São Paulo, SP, fone/fax: (011) 270-7702

CONSELHO DE REDAÇÃO

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

CONSELHO EDITORIAL

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimentã
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Antonia Rangel
Marcia de Almeida

Ilustrações e fotos

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

Capa

Big Nel

Editoração eletrônica

P&B (fone: 605-2807)

Impressão e acabamento

Editora Parma

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

10 anos do CES

Em abril de 95, o Centro de Estudos Sindicais (CES) completa dez anos de existência. Formado por um grupo de sindicalistas e de estudiosos do tema, em São Paulo, a entidade propunha em seu programa contribuir para o fortalecimento do sindicalismo classista em nosso país. Apesar dos altos e baixos na sua trajetória, pode-se afirmar que o CES cumpriu a contento o seu papel.

Sem qualquer subsídio, interno ou externo, a entidade conseguiu se estruturar com recursos próprios e promoveu inúmeras atividades. Durante este longo período, o CES concentrou seu trabalho em dois eixos básicos: a formação sindical e a elaboração teórica - divulgada principalmente através da revista *Debate Sindical*, lançada em maio de 86.

Milhares de sindicalistas, de todo o país, já participaram dos cursos ministrados pela equipe central do CES. A partir de junho de 92, numa política arrojada, a entidade passou a formar novos monitores, através de convênios firmados com cerca de três dezenas de sindicatos. Esta iniciativa possibilitou a multiplicação dos cursos de formação, com equipes próprias dos conveniados.

Já a *Debate Sindical*, que desde o início se propôs a ser uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências, ganhou credibilidade. Por sua linha editorial séria e ampla, sem chavões ou sectarismos, passou a ser respeitada inclusive pelos que discordam de opiniões emitidas. Seu núcleo de colaboradores se ampliou e hoje a revista penetra inclusive no mundo acadêmico.

Pelas páginas da revista e pelas atividades de formação do CES já passaram inúmeros intelectuais de prestígio no país. Entre eles, Edgar Carone, Clóvis Moura, Ricardo Antunes, Armando Boito, Décio Saes, Henrique Rattner, Lucília Machado, Raimundo Pereira, Marcos Gomes, Renato Rabelo e João Machado. Sindicalistas de diversas correntes também tiveram espaço para expor suas idéias.

Hoje a entidade está consolidada. A experiência de 10 anos a colocou num novo patamar. As perspectivas de aperfeiçoamento e ampliação do trabalho são promissoras - inclusive com a formação das coordenações estaduais em várias partes do país. Para desenvolver este projeto, entretanto, continua necessária a elevada compreensão dos sindicalistas classistas, que sabem da importância da formação e da elaboração teórica nos conturbados dias atuais.

Reforma constitucional e o nenhenhém do governo FHC

João Batista Lemos e Altamiro Borges *

Em recente reunião com as centrais sindicais, o presidente FHC mostrou-se muito irritado com os que o acusam de neoliberal. Taxou a crítica de “nenhenhém” e atacou, histérico: “Quem nasceu bobo morre bobo.” Toda esta bronca, entretanto, não se justifica. Afinal, ele mesmo costuma elogiar figuras e experiências neoliberais. E, mais do que as palavras, as emendas que estão sendo apresentadas para a reforma constitucional expressam na prática esse projeto tão nocivo.

Logo após a sua posse, no discurso de despedida do Senado, o próprio Fernando Henrique reconheceu o crime, sem citar o criminoso. Afirmou que seu programa “começou a acontecer no governo anterior ao do presidente Itamar Franco. Infelizmente, de maneira atabalhoada.” Pouco depois, o outro Fernando, o Collor, retribuiu a gentileza, elogiando as propostas neoliberais do atual governante. “Ele tem o mesmo programa de governo que eu tinha”, jactou-se.

E não apenas o programa é semelhante. A cara do governo também é a mesma. O PFL, um partido fisiológico que se diz o arauto do neoliberalismo, recuperou o terreno perdido com o *impeachment* de Collor. Tanto que seus expoentes passaram a ocupar, com apoio direto de FHC, os principais cargos no Congresso Nacional, responsável pela tão badalada reforma da Constituição. Hoje o partido está em alta no Palácio do

Planalto, o que gera ciúmeira em alguns tucanos.

Fernando Henrique, na verdade, procura esconder sua guinada política - numa atitude de puro embuste. Mas, como diz o deputado Roberto Campos (PPR-RJ), o avô dos liberais no país, “ele é um recém-convertido, um protoneoliberal.” Prova maior disto, no entanto, não se encontra no discurso irado, teatral, do presidente. Materializa-se na prática cotidiana. Expressa-se na prioridade do governo de promover uma “reforma” para rasgar a atual Constituição do país.

As emendas à Constituição começaram a ser anunciadas em meados de fevereiro. De cara, surpreenderam pelo seu ímpeto neoliberal, evidenciado na escolha do primeiro alvo: o capítulo da Ordem Econômica. Foram apresentadas cinco emendas: quebra do monopólio das telecomunicações, mudança do conceito de empresa nacional, flexibiliza-

ção do monopólio do petróleo, fim da reserva de mercado na navegação de cabotagem e extinção do monopólio sobre o gás canalizado.

O jornal *Folha de S. Paulo*, que é insuspeito, comentou: "O monopólio do petróleo é atacado de forma bem mais ampla do que o governo sinalizava." Dias depois, revelou: "O texto foi alterado na véspera do envio ao Congresso, e a Petrobrás, pelas emendas, ficou totalmente submetida à concorrência com a iniciativa privada, como queria o PFL." Não é para menos que os grupos monopolistas estrangeiros logo aplaudiram o primeiro pacote de emendas.

O início da reforma constitucional pelo capítulo da Ordem Econômica não deixa dúvida sobre os objetivos estratégicos do novo governo. Sinaliza claramente a intenção de "engatar" o Brasil no processo de ajuste do capitalismo mundial, tornando-o ainda mais dependente das grandes potências, em especial dos EUA. O estouro da crise do México, que abalou o sono dos neoliberais, reforçou esta visão. O governo FHC, para atrair o capital estrangeiro, abriu logo o jogo.

Mas as emendas não atacam somente a soberania nacional. De acordo com o receituário do neoliberalismo, elas também visam desmontar o Estado, golpear os direitos sociais e a própria democracia. O segundo pacote de emendas, sobre a Previdência Social, pretende acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, diminuir os rendimentos dos aposentados e pensionistas e elitizar ainda mais a previdência, privatizando-a com a entrega aos fundos de pensão particulares.

Já o terceiro, o da reforma administrativa, tem como principal objetivo o fim da estabilidade no emprego dos servidores públicos e também da isonomia salarial. O quarto pacote, sobre a reforma tributária, pretende centralizar os impostos, sufocando os Estados e municípios e obrigando-os a adotar os ajustes de cunho neoliberal - a exemplo do que já ocorre na Argentina e que acarreta constantes atritos e revoltas nas províncias.

Há ainda emendas para o capítulo dos Direitos Sociais. O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, em recente visita ao "amigo" Luiz Antonio de Medeiros, da Força Sindi-

cal, criticou a "legislação trabalhista, que é muito paternalista." Entre outras mudanças, defende a flexibilização dos direitos e inclusive o estímulo à jornada de trabalho parcial. Sua meta é "desengessar" a Constituição - termo da moda no Planalto. Daí sua defesa do contrato coletivo por empresa.

Para garantir estas mudanças, evitando futuras resistências, o governo deseja ainda restringir ao máximo a democracia, tornando-a mais formal. Segundo o vice-presidente, Marco Maciel, é urgente "alterar o sistema eleitoral e partidário." O objetivo é aprovar o voto distrital misto e maiores restrições aos partidos. Ainda segundo Maciel, porque "o consenso político é o grande desafio dos nossos tempos e, por consequência, o maior desafio do governo."

As contradições e os obstáculos no caminho da reforma constitucional

Como se observa, o ataque é violento! Na prática, é o mesmo conteúdo da revisão constitucional frustrada do ano passado. Só a forma que é diferente. Mas apesar do governo FHC tentar passar o rolo compressor, aprovando as emendas de maneira "atabalhoadas", a batalha não será tão fácil assim - o que é natural num país da complexidade do Brasil. É verdade que Fernando Henrique reúne melhores condições do que os governos anteriores para implementar o projeto neoliberal.

As forças populares foram derrotadas na sucessão - e logo no primeiro turno. A burguesia, "nacional" e estrangeira, fechou o corpo em defesa de FHC. Ele também conta com o apoio militante e manipulador da mídia. Há ainda certa confusão no campo da esquerda. Como ironiza a imprensa, parece que o PT, concretamente o maior partido de oposição, "está de férias." Setores progressistas, muitos de origem petista, continuam seduzidos pelo discurso do intelectual-presidente.

Por outro lado, no entanto, existem enormes contradições e obstáculos no caminho da reforma constitucional. A própria crise do

México deixou o governo meio desnorteado, sem referência. Afinal, Fernando Henrique vivia dizendo que este país era o seu modelo de desenvolvimento econômico. Num pronunciamento ainda fresco, de 5 de janeiro, ele elogiou a estabilização mexicana, a mesma que agora ruiu e amedronta os neoliberais de todas as nações do continente.

Além disso, algumas emendas ferem interesses de setores das próprias classes dominantes. O fim da distinção entre empresa de capital nacional e estrangeiro, que visa acabar com a pouca proteção que ainda resta às firmas brasileiras, esbarra na resistência de empresários nativos. Já a reforma da previdência assusta até mesmo deputados governistas, preocupados com suas bases eleitorais. Outro tema complicado é o da reforma tributária, já bombardeada por governadores e prefeitos que não querem assumir o ônus do ajuste neoliberal.

Por último, as próprias normas do Congresso Nacional criam enormes barreiras para a reforma constitucional. Pela legislação em vigor, uma emenda para ser aprovada exige três quintos dos votos, em duas sessões na Câmara de Deputados e em outras duas no Senado Federal. Bem diferente da manobra da revisão, onde bastava apenas maioria absoluta em sessão unicameral. Não é para menos que as elites choram até hoje a derrota desta "oportunidade histórica."

Esse obstáculo legal tem desanimado alguns dos defensores mais entusiastas da reforma. O ex-ministro da Justiça do governo Sarney, Saulo Ramos, por exemplo, avalia que "difícilmente as emendas serão aprovadas ... Não há barganha política, mesmo altamente moralizada (é possível?), que proporcione quórum tão alto e por duas vezes aplicáveis em cada uma das casas do Congresso. Basta um pequeno partido, ou dois ou três deputados, com capacidade de aliciamento nas várias bancadas, para mandar aos quintos os outros três quintos necessários. Se os meios de comunicação derem cobertura aos 'contras', aí, ai-ai do nhenhém."

Ele conclui o mesmo artigo dizendo: "Gostaria, e muito, de estar errado nesta pessimista previsão, porque as reformas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique são excelentes, sobretudo na ordem eco-

nômica, cujos textos divulgados conferem exatamente com as redações propostas pelos liberais em 1988" - numa referência à Constituinte. As dificuldades são tamanhas que o líder do PFL, Élcio Alves, um dos mais afinados com FHC, já admite "a reforma do possível."

**Confusão e certa apatia
entre as forças que
compõem o campo popular**

Esse temor das elites só não é maior porque até o momento as forças que se opõem a modernidade excludente do capital estão meio que paralisadas. Há ainda muita confusão neste campo. O PT, por exemplo, tem adotado um comportamento dúbio com relação à reforma constitucional. Algumas de suas lideranças, como o deputado José Genoíno, insistem em elogiar o tal espírito reformista do presidente FHC, evitando caracterizá-lo como um ativo agente do neoliberalismo.

Esta postura, de uma oposição confiável e cosmética, confunde e desarma os movimentos de resistência. Alguns parlamentares petistas chegam a confidenciar que a reforma constitucional é uma necessidade. Que é preciso "modernizar o Estado", para se adaptar à nova realidade mundial. Com base neste "discurso realista", aceitam discutir a flexibilização dos monopólios estatais, a adoção do voto distrital misto, entre outros contrabandos.

Felizmente, esta não é a posição oficial do partido. Num outro pólo, mais engajado no enfrentamento ao neoliberalismo, dirigentes petistas defendem a formação de uma ampla frente contrária às emendas mais nocivas da reforma. Segundo Rui Falcão, vice-presidente do partido, o objetivo é obstruir estas votações e mobilizar a sociedade para pressionar os parlamentares. Já em alguns temas, como o da questão tributária, o PT pensa em apresentar emendas.

Essa dubiedade, que tende a ser superada com o tempo, é melhor do que a postura capitulacionista do PPS - partido que apoiou

Lula na sucessão presidencial. Em recente reunião da sua executiva nacional, Roberto Freire anunciou o apoio às propostas de reforma do governo - inclusive do fim dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, da aposentadoria por tempo de serviço e da estabilidade do servidor público. Só falta agora o PPS ser agraciado com alguns carguinhos no Palácio do Planalto.

Já no terreno sindical, o quadro está aparentemente mais definido. Na reunião com a equipe ministerial de FHC, a CUT se posicionou contra todas as emendas anunciadas pelo governo. Num gesto simbólico positivo, recusou-se inclusive a participar do almoço oferecido pelo presidente - o mesmo que poucos dias antes havia vetado o reajuste do salário mínimo. O ponto débil é que até agora esta oposição não tem se expressado em mobilizações efetivas de protesto e de denúncia.

No outro extremo, à direita, a Força Sindical limita-se a criticar o fim da aposentadoria por tempo de serviço e da estabilidade no setor público - talvez por temer a rejeição da sua base. Confirmando ser a porta-voz dos neoliberais no meio sindical, esta central apóia abertamente as emendas de desmonte do Estado e de ataque à soberania. Esta postura pode acarretar novos rachas na entidade. A sua base de telefônicos, por exemplo, já anunciou discordância com o pronunciamento de Medeiros em favor do fim do monopólio das telecomunicações.

**Unir a oposição na luta
contra as emendas nocivas à
nação e aos trabalhadores**

A reforma constitucional será o centro da luta política no próximo período. Na prática, ela materializa o desejo das elites de acelerar o processo de implementação do receituário neoliberal no país. Mas as contradições em jogo são enormes e a batalha não está decidida. O próprio governo, que detém atualmente o poder da iniciativa, reconhece as

dificuldades. Em última instância, a correlação de forças na sociedade é que indicará o projeto vitorioso.

Para barrar a nova ofensiva da burguesia, será fundamental a ampla unidade das forças de oposição. Será preciso atrair os setores vacilantes, alguns que até já manifestam certa decepção com o atual governo. Declarações como a de dom Paulo Evaristo Arns, que recentemente criticou a "tentativa neoliberal" de FHC, reforçam esta idéia. A habilidade política, a capacidade de explorar as contradições no seio das próprias classes dominantes, também será importante peça no tabuleiro.

De imediato, é preciso rechaçar como um todo a proposta de reforma do governo. É possível inclusive questionar a sua própria legalidade, já que a enxurrada de emendas representa na prática a elaboração de uma nova Constituição - sem os requisitos formais necessários. A questão estratégica fundamental, no entanto, é evitar a aprovação das emendas de cunho marcadamente neoliberal - as que resultam no desmonte do Estado, no aviltamento da soberania nacional, no retrocesso dos direitos sociais e nas restrições às liberdades democráticas.

Neste esforço, a pressão organizada da sociedade é que alavancará a resistência num parlamento avesso aos anseios nacionais e populares. As mobilizações de rua, a denúncia dos deputados e senadores que traírem o povo e outras formas legítimas de pressão são as principais armas dos que se opõem a reforma neoliberal de FHC. Mais uma vez a CUT será chamada a reocupar o seu papel ativo no cenário político nacional. Qualquer apatia ou imobilismo não será perdoado!

Num seminário nacional realizado em fevereiro, a Corrente Sindical Classista (CSC), que é a segunda maior tendência no interior da central, decidiu priorizar a luta contra as emendas constitucionais do governo. O evento, que contou com a participação de 200 sindicalistas de 20 Estados, aprovou uma série de resoluções que apostam no caminho da resistência ativa dos trabalhadores. Este será o grande desafio do próximo período da luta de classes no Brasil.

* Integrantes da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Colapso do México tira a máscara dos neoliberais

José Carlos Ruy *

O veterano dirigente da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos, dom Fidel Velasquez, que tem 94 anos de idade e está à frente dessa central sindical oficial há quase cinquenta, radicalizou. Ele ameaça responder com uma greve geral às absurdas exigências americanas para ajudar o México a sair do buraco que os próprios EUA e o FMI cavaram.

Ameaça notável por partir do principal dirigente sindical mexicano, que há décadas compactua com os arranjos impostos aos trabalhadores pelo governo do México, sob inspiração das autoridades econômicas do imperialismo. E que ajudou o governo de Carlos de Salinas Gortari a praticamente dismantelar a estrutura sindical, deixando os trabalhadores sem mecanismos institucionais e políticos de defesa contra os atentados neoliberais a direitos duramente conquistados.

Ela dá uma indicação das resistências que o projeto neoliberal enfrenta naquele país onde parecia florescer com mais vigor, a ponto do México ter sido insistentemente apresentado, nos últimos anos, como um modelo que devia ser seguido por todas as nações da América Latina.

A atual crise mexicana eclodiu no último dia 20 de dezembro, quando o peso, que manteve durante os últimos anos uma cotação fixa frente ao dólar, foi desvalorizado em

50%. A medida causou grandes prejuízos aos investidores na Bolsa de Valores mexicana, principalmente norte-americanos, e foi entendida como sinal de que o país não conseguiria honrar seus compromissos internacionais.

Mas a crise vinha de muito tempo antes. Ela foi sendo gestada, pouco a pouco, desde o início da reestruturação da economia mexicana sob os auspícios do FMI e do Departamento de Estado norte-americano. Ao contrário do que a propaganda neoliberal dizia - e diz ainda no Brasil -, a integração do México no *mercado mundial* significou um profundo desequilíbrio nas contas externas do país e enormes sacrifícios para o povo mexicano, com grande aumento do desemprego, arrocho salarial e perda de direitos sociais cuja conquista foi resultado de anos de luta.

Aceitando as condições da *globalização* imperialista, o México passou a exportar menos do que antes, e a importar muito mais.

Mesmo produtos tradicionais de consumo popular, como o milho, passaram a ser importados dos EUA. Assim, as importações mexicanas saltaram de 19 bilhões de dólares em 1987 para 65 bilhões em 1993; em 1994, o déficit em conta corrente foi de 28,5 bilhões de dólares, atingindo 8% do PIB mexicano. Em contrapartida, as reservas mexicanas, que atingiram o recorde de 28,6 bilhões de dólares em fevereiro de 1993, caíram para 23,4 bilhões no começo de 1994 e para 11 bilhões nos últimos meses do ano.

Ajuda articulada pelos EUA será usada para salvar o capital e não os mexicanos

Esses déficits foram cobertos pela entrada de capital estrangeiro na bolsa de valores - principalmente investimentos de curto prazo, que saem do país com a mesma facilidade e velocidade com que entram. Quando a crise eclodiu, eles passaram a abandonar o México rapidamente. Foi "a maior fuga do século", registrou o jornal mexicano de oposição *La Jornada*. As reservas chegaram a apenas 3,48 bilhões no começo de fevereiro de 1995, nível mais baixo desde a primeira crise da dívida, em 1982. Um alerta para quem, como muita gente no governo brasileiro - e mesmo na oposição - pensa que reservas internacionais constituem ancoradouro sólido para a estabilidade econômica do país.

Foi para evitar que a crise mexicana se alastre pelo continente - e mesmo por outros países, como o Canadá, a Bélgica, a Itália, ou alguns dos "tigres asiáticos" - que o presidente norte-americano, Bill Clinton, se apressou ao gesto espetacular de angariar uma ajuda de cerca de 50 bilhões de dólares para o México - os americanos entrarão com 20 bilhões, de uma reserva criada há mais de 30 anos para manter o valor do dólar, e que o presidente pode usar sem precisar autorização do Congresso.

Essa ajuda é comparável à do Plano Marshall que, depois da Segunda Grande Guerra, mobilizou recursos para reconstrução da Europa: foram 17 bilhões de dólares

na época (hoje valeriam 50 bilhões), aplicados entre 1948 e 1952 em 15 países europeus.

Mas a ajuda econômica articulada por Bill Clinton não será usada para salvar os mexicanos - e, muito menos, os trabalhadores mexicanos. Seu resultado não será o mesmo do Plano Marshall, diz o economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ. "O dinheiro não é para fazer a economia mexicana crescer de novo, é para evitar perdas maiores aos investidores americanos. Na maior parte, os recursos não entrarão na economia do México, servirão para cobrir as retiradas de investimentos". (1)

Isto é, a ajuda vai na verdade para os grandes aplicadores de Wall Street, que tiraram lucros fabulosos do México enquanto funcionou o mecanismo de financiar os déficits externos via investimentos de curto prazo na bolsa de valores.

Além disso, a crise do México envolve os interesses geopolíticos norte-americanos, principalmente depois de 1.1.1994, quando o Nafta entrou em vigor, juntando EUA, México e Canadá num único megabloco comercial. Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano, foi claro a esse respeito: "seria um erro de cálculo histórico permitir o agravamento da crise em um país de tal interesse nacional para Washington, e que pode arrastar todo o hemisfério."(2)

As duras condições impostas ao país dependente que é "quintal" dos americanos

O México - como os demais países da América Latina - é considerado pelos EUA como sua área de influência mais imediata. Como seu quintal, como se dizia antigamente. É uma fonte de lucros que não pode ser negligenciada na atual conjuntura mundial, onde os EUA defrontam-se com gigantes econômicos como o Japão e a Alemanha. "Se somamos as três fontes de rendimentos que os EUA tiram da América Latina (juros, lucros e excedentes comerciais)", dizem os estudiosos norte-americanos James Petras e

Todd Cavaluzzi, “e se os comparamos com os déficits comerciais resultantes das trocas com a Alemanha e o Japão, podemos medir melhor a importância desse continente. Entre 1962 e 1971, esses rendimentos representaram três quartos do déficit com o Japão e o dobro do déficit com a Alemanha. Entre 1972 e 1981, esses rendimentos equilibraram o saldo negativo com Tóquio. De 1982 a 1992, o excedente dobrou mas, nesse mesmo tempo, o déficit com o Japão mais que quintuplicou, e com a Alemanha cresceu 700%..” Fica visível assim a importância da América Latina para os EUA: “ela lhe permite compensar uma parte de seus desequilíbrios comerciais com as duas outras grandes potências econômicas, e lhe permite também atenuar o declínio de sua posição mundial.”(3)

A pressa e a audácia da ação de Clinton decorre dessa dupla necessidade de salvar os investidores americanos e preservar os interesses do imperialismo americano nesta parte do mundo. As duras condições impostas para a ajuda não disfarçam essa realidade. Os americanos impuseram uma taxa de juros adicional de 2,5% e 3% acima da taxa americana; vão monitorar diretamente a economia mexicana enquanto a ajuda estiver em vigor; exigem que as taxas de juro no México fiquem por volta de 50% ao ano, para facilitar a vida dos investidores; e, principalmente, exigiram - e levaram - as rendas do petróleo mexicano como garantia para o empréstimo. Elas serão, a partir do acordo, depositadas no Banco Central norteamericano, e o governo dos EUA poderá abocanhá-las caso o Méxi-

co atrase por mais de uma semana o pagamento das parcelas do empréstimo.

Mais que isso: o dinheiro do empréstimo será retirado pelo México em parcelas, e os EUA tem poder de veto sobre essas retiradas; os americanos podem também antecipar as datas de vencimento das obrigações mexicanas. O próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, um porta-voz destacado do neoliberalismo no Brasil espantou-se com o rigor das exigências. “As condições exigidas pelo governo americano para conceder o empréstimo deixam o México virtualmente de joelhos”, escreveu em editorial.(4)

Crise serve para acelerar os ajustes neoliberais e a total submissão do México

O governo dos Estados Unidos está pressionando o México, além disso, a acelerar e radicalizar as privatizações. Querem, por exemplo, que os mexicanos mudem sua Constituição, permitindo a privatização das telecomunicações. Querem acabar com a Petrobrás mexicana, a Pemex, que é responsável sozinha por 1/3 do orçamento federal - ela paga ao governo 90% de seus lucros, sob forma de impostos. Querem que o governo venda o que resta de suas empresas na área de infraestrutura, como ferrovias, portos, aeroportos, geração de energia elétrica, etc. Trata-se de raspar o tacho: em 1982, o México tinha 1155 empresas estatais; em 1993, tinha apenas 217. O presidente Salinas dizia:

10 anos formando a consciência sindical

Lutando não só contra o pensamento das forças reacionárias, mas também pela própria sobrevivência, o CES dá um exemplo de competência e persistência na luta pelo movimento sindical classista. O Sindibel vem participando das atividades promovidas pelo CES, preparando nossas lideranças e a base para a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Sindibel - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (MG)

“Estamos vendendo os bens públicos para remediar os males públicos”(5), mas o dinheiro serviu mesmo (e servirá, no futuro) para pagar a dívida externa do país.

Além de assaltar o patrimônio público mexicano, as exigências do imperialismo vão tornar ainda mais difíceis a vida do povo mexicano. A desindustrialização do país acelera-se e a agricultura enfrenta dificuldades pela concorrência de produtos norte-americanos que invadem o mercado nacional. “O que ocorre”, diz a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (uma entidade progressista que se opõe ao projeto neoliberal) “é que as importações estão literalmente substituindo a produção nacional.”

Os trabalhadores são as principais vítimas da ofensiva imperialista

A exigência americana de juros altos no mercado financeiro mexicano deixou empresários e consumidores “em estado de choque”, diz o jornal *O Estado de S. Paulo*. Alguns bancos estão cobrando taxas de 100% ao ano, e cartões de crédito já cobram 145%, valores extremamente altos para a inflação de 1 dígito que o México vem mantendo há alguns anos, à custa dos sacrifícios que levaram à crise. Espera-se, em consequência, a quebra coletiva de empresas e uma inadimplência generalizada entre os consumidores mexicanos.

Uma nota conjunta de três poderosas entidades patronais foi franca a respeito. “O setor industrial mexicano sente-se incompetente para enfrentar o difícil cenário econômico e necessita de esquemas reais de apoio para evitar situações de inadimplência”, disse a nota. “Sem programas de ajuda, a indústria mexicana não poderá produzir mais, deixará de ser competitiva e ficará incapacitada de cumprir as metas mais modestas de exportação”, enfatizaram. (6)

Mas o peso da crise vai cair mesmo é sobre os ombros dos trabalhadores mexicanos. Rudiger Dornbush, um economista do



Instituto Massachusetts de Tecnologia, nos EUA, diz com rudeza que “é preciso que os gastos mexicanos voltem a se adequar às receitas, que as taxas de juros sejam altas e os salários reais baixos.” Algumas semanas depois da eclosão da crise, o FMI divulgou um documento mostrando o compromisso das autoridades mexicanas em promover o arrocho salarial e uma forte restrição no crédito interno. “O acordo implica”, dizia o documento, “numa significativa redução real de salários, em média, e representa a maior contribuição da parte do setor trabalhista para assentar as bases para o crescimento.” (7)

Para os trabalhadores, isso não é novidade. Hoje, 20% dos 86 milhões de mexicanos vivem em estado de extrema pobreza, e mais da metade estão na miséria. De 1976 para cá, diz a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio, o salário mínimo mexicano perdeu 67,6% de seu poder de compra. Só sob Salinas, perdeu de 12,3 a 20,3%. Hoje, o salário mínimo por hora, no México, é de 35 centavos de dólar, e raramente é cumprido. Nos EUA, é de US\$ 4,25, e no Canadá, 5,25 - uma diferença de remuneração brutal, que explica as ondas de trabalhadores mexicanos que se arriscam, cruzam a fronteira e vão

tentar a vida, quase sempre clandestinamente, nos EUA.

Em 1980, os assalariados mexicanos ficavam com 36% do PIB, uma parcela modesta frente a economias com distribuição de renda mais equilibrada. Mesmo assim, sua situação piorou, e em 1992 (em pleno auge do *milagre* mexicano), ficaram com apenas 27%. Ao lado disso, os 24 superricos (donos de patrimônios superiores a 1 bilhão de dólares) que surgiram sob Salinas, controlam sozinhos 44 bilhões de dólares. Isto é, 14% do PIB mexicano. (8)

A oferta de empregos também caiu drasticamente desde 1989. Naquele ano, foram criados 275 mil empregos no México; em 1990, 202 mil; em 1991, 108 mil; em 1992, houve uma redução absoluta de 23 mil empregos; a queda continuou, e em 1993, mais 118 mil empregos desapareceram; em 1994, até o mês de abril (quatro meses, apenas), 74 mil postos de trabalho tinham deixado de existir, diz a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio.

O drama do México deixa uma lição para os trabalhadores brasileiros: a propaganda mentirosa assegura que a modernidade neo-

liberal veio para ficar, em benefício do progresso e do bem estar geral. Na verdade, ela veio para salvar o capital e impor os interesses do imperialismo aos povos do mundo. É a lógica dos interesses da acumulação capitalista que se impõem através da retórica neoliberal; é ela que esmaga os povos, destrói os meios de trabalho e de vida de milhões de pessoas pelo mundo afora.

NOTAS

- 1. *O Globo*, 1.2.1995.
- 2. *O Estado de S. Paulo*, 26.1.1995.
- 3. Petras, James, e Cavaluzzi, Todd, "Lucratives bases arrière pour l'économie américaine", in *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1995.
- 4. *Jornal do Brasil*, 22.2.1995; *O Estado de S. Paulo*, 22.2.1995, 24.2.1995.
- 5. *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1995; *O Globo*, 3.2.1995; *Veja*, 16.6.1993
- 6. *O Estado de S. Paulo*, 22.2.1995, 24.2.1995.
- 7. *Folha de S. Paulo*, 22.1.1995; *O Globo*, 3.2.1995.
- 8. Pisani, Francis, "La fin des illusions pour le modèle mexicain", *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1995.

* Jornalista. Integrante da coordenação do CES e da comissão editorial da revista *Princípios*.

ORGANIZAR É PRECISO

A organização sindical é o mais eficiente instrumento de defesa que os trabalhadores têm na busca de seus direitos. Debater o sindicalismo, portanto, é indispensável e o Centro de Estudos Sindicais, há dez anos, vem fazendo isto muito bem - com a revista *Debate Sindical* e os diversos cursos sobre o assunto. O SEEBFS, que está completando 32 anos de existência, sente-se adulto o suficiente para parabenizar o CES pelo excelente trabalho em prol dos trabalhadores.

**SINDICATO DOS
EMPREGADOS EM
ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS DE FEIRA
DE SANTANA (BA)**

Instrumento de formação e debate

O movimento sindical, a exemplo do conjunto da sociedade, vive um período de grande confusão ideológica. A manipulação da burguesia é enorme. Diante disso, é fundamental a existência de entidades como o CES.

Preocupado com a elaboração teórica e com a formação de novas lideranças, o CES sempre teve uma postura democrática e pluralista. Parabéns por seus dez anos de esforço neste rumo.

**Sindicato dos
Metalúrgicos de
Campinas e região (SP)**



Contrato coletivo: a falsa modernidade do governo

Augusto Madeira *

Com o início do governo Fernando Henrique, voltou à tona com força a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho. A poderosa Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) diz que quer a sua imediata implantação. A idéia encontra simpatia na própria CUT, que sempre defendeu esta forma de negociação. Mas será que todos estão falando sobre a mesma coisa?

Analisando melhor as propostas de cada um para o “seu” contrato coletivo é fácil concluir que a resposta é não. Na verdade, por baixo da “manchete” contrato coletivo está em discussão todo o sistema de relações trabalhistas em nosso país, que por diferentes motivos está superado e necessita de mudanças. O problema é: mudar o quê e para quê?

O que está em debate é o contrato coletivo proposto pelo governo e não outro. Quem está com a iniciativa política é o governo. Além disso, a atual correlação de forças, não só no Brasil como em outros países, é desfavorável aos trabalhadores. Indica que a tática atual é de resistência contra a ofensiva dos patrões. Mas o que o governo propõe e como pensa em implementar estas mudanças?

A tática do governo para implementar as mudanças nas relações de trabalho

Em reportagem no “Jornal do Brasil”(1), a então equipe de transição do governo FHC adiantou como seriam implementadas as alterações nas relações de trabalho. Estas se dariam através de emenda constitucional alterando os artigos 7, 8 e 114 da Constituição em vigor. As mudanças seriam complementadas por uma reforma completa da CLT. Inclusive já foi apresentado um Código do Trabalho elaborado pelo ex-ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel.

Segundo a matéria, o artigo 7 seria modificado para dar maior flexibilidade à legislação trabalhista. O “caput” do atual artigo afirma: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social...”. Com a proposta de reforma, a este texto seria acrescentada a expressão “salvo negociação coletiva”. Assim, segundo o jornal, “os direitos dos trabalhadores permaneceriam na Constituição mas deixariam de ser normas rígidas, podendo ser flexibilizados pelos acordos entre patrões e empregados”.

Sobre os sindicatos, a mesma matéria informa que “a proposta de Fernando Henrique

prevê ainda a liberdade de organização sindical com a alteração do inciso II do artigo 8º da Constituição, que sustenta a unicidade sindical. Este artigo impede a criação de sindicatos por empresa e a existência de mais de um sindicato da mesma categoria profissional numa mesma área territorial”.

A proposta de Fernando Henrique estabelece também restrições ao poder de legislar da Justiça do Trabalho. Segue a reportagem: “Para isso, a reforma em estudo altera a redação do parágrafo 2º do artigo 114 da Constituição que dá poderes à Justiça do Trabalho de estabelecer normas e condições nos acordos coletivos em que as partes não cheguem a um acordo”.

A luta política e a evolução dos acontecimentos podem fazer com que esta proposta não se apresente exatamente como foi anunciada pela equipe do presidente ou que nem mesmo seja apresentada. Mas é um claro indicativo do conteúdo e do rumo do contrato coletivo “deles”. Estas mudanças estão relacionadas com a onda conservadora mais geral, o chamado projeto neoliberal. E não adianta o presidente falar que é nhenhennem. Vamos aos fatos.

A plataforma das elites neoliberais para golpear a nação e os trabalhadores

O insuspeito Delfim Neto, deputado federal do PPR, em artigo para o jornal “O Estado de São Paulo”, deu a sua receita sobre as mudanças necessárias para o Brasil. Elas são apresentadas em três blocos (2). Num primeiro, as reformas tributárias e do Estado, restringindo a ação da União às relações exteriores, segurança externa e política macroeconômica.

O ex-ministro logo em seguida afirma que “o segundo bloco de tarefas é o enfrentamento do problema da seguridade social, que continua com déficit. É importante flexibilizar o mercado de trabalho”. Mais na frente, continua: “A terceira etapa nesta grande mudança do país será a reforma política, com a implantação do voto distrital

misto (eleição de deputados por distritos eleitorais) e restrições ao número de partidos presentes no Congresso”.

O professor Delfim resume a plataforma dos setores conservadores. As mudanças perseguidas pelas elites no Brasil não apresentam nenhuma novidade. É o receituário do Consenso de Washington, composto por alterações articuladas em nível político, econômico e social, visando a reestruturação do capitalismo monopolista. As propostas do novo governo em sua essência vão neste rumo: privatizações, abertura para o capital estrangeiro, voto distrital, fim da aposentadoria por tempo de serviço.

A alteração da legislação trabalhista neste momento não pode ser analisada fora desse contexto mais geral. O objetivo final é a retirada de direitos sociais. Este é o fenômeno que está acontecendo até nos países “desenvolvidos”, como Itália, França, Inglaterra e EUA. Estas alterações no sistema de relações trabalhistas são orientadas por algumas idéias-chave: desregulamentação; flexibilização de direitos; desconstitucionalização; e pulverização da ação sindical.

1- A desregulamentação visa retirar da lei os direitos trabalhistas

Em entrevista ao “Jornal da Tarde”(3), o professor da Universidade de São Paulo, Hélio Zylberstajn, que forneceu subsídios para o capítulo de contrato coletivo do programa

do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ser perguntado sobre o momento que começaria a vigorar o contrato respondeu:

“Nós vamos precisar de leis para adaptar a nossa moldura jurídica institucional a esse mundo. As leis trabalhistas hoje no Brasil pressupõem a intervenção do Estado. A lei é muito detalhada sobre o direito dos trabalhadores e quase elimina a possibilidade de negociação. E há a intervenção da Justiça do Trabalho para resolver os impasses. Nós vamos ter que mudar tudo isso. O ideal é que a gente enxugasse a CLT e também a Constituição no sentido de que a legislação concedesse um número pequeno de direitos mínimos. E o restante passaria a ser objeto de negociação”.

A desregulamentação, ou seja, retirar da lei os direitos trabalhistas, é um grande retrocesso no sistema de relações do trabalho. O argumento utilizado pelos defensores da desregulamentação é que para haver maior liberdade de negociação entre empregados e empregadores tem que haver um número reduzido de leis e que a excessiva regulamentação (entenda-se leis trabalhistas) impede a criação de um número maior de empregos e condições de estabilidade para a mão-de-obra, que é muito rotativa e sem vínculo formal de emprego.

Primeiro, é falso o dilema que para haver negociação não pode existir lei. A luta dos trabalhadores para conseguir melhorias nas condições sociais não limita-se apenas à ação meramente sindical. Faz parte da luta política mais geral da sociedade. Tem rela-

Estimulando o debate no sindicalismo

A discussão aprofundada sobre os rumos do movimento sindical é decisiva nos dias atuais. O CES, através de seus cursos de formação e da revista *Debate Sindical*, tem dado grande contribuição neste sentido. Sua atuação destacada, superando as dificuldades, ajuda em muito no fortalecimento do sindicalismo classista em nosso país. Parabéns e continue firme!

SINDICATO DOS CONFERENTES DE CARGA E DESCARGA NO PORTO DE RIO GRANDE (RS)

ção com o maior ou menor grau de liberdade política, com a correlação de forças da sociedade, com o grau de organização e consciência dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores, e da sociedade como um todo, alcança uma conquista importante quando o direito reivindicado transforma-se em lei. Ou seja, quando passa a valer para todos os trabalhadores. É um grande retrocesso extinguir o que já foi conquistado para ficar à mercê da negociação de cada categoria (ou empresa, como a proposta do governo). As leis garantem os direitos mínimos dos empregados. E, de acordo com a realidade de cada categoria, pode haver a negociação para melhorar aqueles direitos assegurados. Muitos direitos hoje no Brasil, apesar da luta de muitas categorias, só foram assegurados pela lei.

Segundo, é falsa a afirmação de que um mercado de trabalho mais desregulamentado favorece o crescimento do nível de emprego ou a melhoria das condições de trabalho. A Espanha é exemplo de país que desregulamentou a relação de emprego e tem hoje um dos maiores índices de desemprego da Europa - 24%. O combate ao desemprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores estão relacionadas com outros fatores: o modelo econômico adotado como um todo, a política industrial do país, políticas de desenvolvimento, grau de dependência da economia, etc.

2- A flexibilização ataca os próprios princípios do Direito do Trabalho

O verdadeiro significado da expressão flexibilização de direitos é: mudar a lei para pior, retirar direitos conquistados. Esta idéia tenta reformular os princípios do Direito do Trabalho, que não admitem mudanças para pior nas condições de vida dos trabalhadores. A onda conservadora quer rever até postulados que são reconhecidos e incorporados ao próprio direito dos Estados capitalistas.

“O grande princípio do Direito do Trabalho é o princípio da norma mais favorável. É

tríplice sua função. Primeiro, é princípio da elaboração das normas jurídicas trabalhistas, significando, neste sentido, que as novas leis devem dispor sempre de modo mais favorável ao trabalhador e só por exceção de modo desfavorável.

“Segundo, é princípio de hierarquia de normas jurídicas, já que havendo diversos tipos de normas, leis, convenções coletivas de trabalho, acordos coletivos, regulamentos de empresa, usos e costumes etc., podendo disciplinar a mesma matéria, prevalecerá, no caso concreto, a mais benéfica ao empregado, salvo disposição proibitiva do Estado.

“Terceiro, é princípio de interpretação das normas jurídicas, de modo que, havendo duas ou mais interpretações viáveis para a norma obscura, deve prevalecer aquela capaz de conduzir ao resultado que de melhor maneira venha atender aos interesses do trabalhador, para cuja proteção se destinam as leis imperativas.” (4)

Ou seja, as interpretações, a elaboração e a aplicação das leis trabalhistas devem via de regra ser “in melius” (para melhor) e nunca “in pejus” (para pior). A tal flexibilização começa a admitir as mudanças “in pejus”. Ou seja, por via de “negociação” as partes, trabalhadores e patrões, poderiam “livremente” estabelecer condições de trabalho piores que as já conquistadas.

A flexibilização acaba com dois outros princípios importantes para o direito do trabalho. O princípio da condição mais benéfica para o trabalhador e o da irrenunciabilidade dos direitos. O primeiro significa que uma condição de trabalho já conquistada não pode ser modificada por outra menos vantajosa para o trabalhador. O segundo afirma que o trabalhador não pode renunciar aos seus direitos.

3- O grave retrocesso embutido na proposta da desconstitucionalização

Um dos pontos positivos da Constituição de 88 foi o referente aos direitos sociais. A partir da nova Carta, os trabalhadores, urba-



Aguiinaldo Zordenoni

nos e rurais, passaram a ter direitos nunca antes garantidos - entre eles, a jornada de oito horas diárias e 44 semanais, o adicional de um terço do salário nas férias, licença gestante de 120 dias. A Constituição também foi um marco na organização sindical. Os sindicatos foram desatrelados do Estado, ficando livres para determinarem seus estatutos, e foi conquistado o direito à sindicalização dos funcionários públicos.

Os direitos garantidos na Constituição estão mais protegidos do que os que estão na lei. As formalidades para alterar a Constituição e o quórum exigido impedem, com justa razão, a mudança fácil dos preceitos constitucionais. Os apologistas do contrato coletivo neoliberal precisam, para retirar conquistas, desconstitucionalizar, ou seja, retirar da Constituição os direitos sociais.

Os argumentos são parecidos com os da desregulamentação e não têm nenhuma razão de ser. A pergunta é a seguinte: É papel da Constituição de um país regular direitos trabalhistas e sociais? A resposta é: no Brasil, mais do que qualquer outro país do mundo, é evidente que sim.

Temos uma elite perversa, originária de uma sociedade escravocrata, acostumada a não respeitar os direitos do povo e a ficar impune. A concentração de renda no Brasil é uma das maiores do mundo. Só perde para Botswana. O salário mínimo só é superior ao da Guatemala e do Haiti no continente ame-

ricano. A regra é o não cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Numa realidade como a nossa, os direitos trabalhistas serem previstos na lei máxima, na Constituição é uma necessidade e uma conquista.

4- Contrato proposto nada tem de coletivo e visa pulverizar os sindicatos

O modelo proposto pelo setores conservadores para o contrato coletivo de trabalho na verdade não tem nada de coletivo. Tenta, sim, descoletivizar a relação entre os trabalhadores e os empregadores. Seja reduzindo o âmbito da negociação, que passaria a ser da categoria para a empresa. Seja por tentar cada vez mais individualizar os trabalhadores em sua relação com a empresa.

O projeto de Código de Trabalho apresentado por Marcelo Pimentel obriga o trabalhador a uma conciliação prévia, antes de recorrer ao sindicato e à Justiça. Esta conciliação prévia seria feita dentro da empresa e sem a presença do sindicato ou advogado. É a volta ao contrato privado (indivíduo para indivíduo) de relação de trabalho, que foi substituído pelo contrato coletivo (os trabalhadores representados pelo sindicato).

O modelo ideal de sindicato para o ajuste conservador na relação capital x trabalho é o sindicato por empresa. Este tipo de organização sindical é muito mais vulnerável à intervenção patronal e leva com mais facilidade as entidades ao economicismo e corporativismo. Outra face perversa da pulverização é o enfraquecimento do movimento sindical como um todo. A própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) conclui que “a densidade sindical é maior nos países cujo sistema de negociação tem um caráter mais centralizado”.(5)

O sindicato por empresa coroa o modelo de contrato coletivo neoliberal. Retiram-se os direitos dos trabalhadores da Constituição (desconstitucionalização) e da lei (desregulamentação), jogando tudo para a “livre negociação”, podendo haver alterações para pior (flexibilização). A negociação entre os patrões e os trabalhadores se daria em um ambiente de sindicatos por empresa (pulverização), extremamente enfraquecidos e desarticulados.

O sindicalismo deve ter posição contundente contra a manobra do governo FHC

*
Advogado trabalhista e integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Este sistema de relações de trabalho proposto pelo governo através do “contrato coletivo” não interessa aos trabalhadores. Ele oferece as condições para a retirada de direitos conquistados por décadas de lutas do movimento sindical e do povo brasileiro. Os trabalhadores e os setores progressistas da

sociedade terão que travar uma grande luta política e de idéias contra a volta ao passado que a onda neoliberal ameaça nos levar.

Os setores conservadores não ficam apenas pressionando para que as mudanças ocorram na Constituição. Suas concepções vão ganhando terreno nas leis, enunciados dos tribunais, instruções normativas, jurisprudências, na doutrina que forma as novas gerações de advogados, juízes e promotores. Aparecem constantemente na mídia, jornais e revistas, tentando ganhar a opinião pública para suas teses esdrúxulas.

Sendo parte de um projeto mais geral, dessa forma deve ser combatido. O movimento sindical enfrentará de forma consequente a tentativa de golpear as conquistas dos trabalhadores, buscando a mais ampla unidade, inclusive com os trabalhadores de outros países, combinando esta luta com o combate à tentativa da reforma constitucional reacionária e participando junto com outros movimentos e setores da sociedade brasileira da luta pela democracia, em defesa da soberania nacional e dos direitos sociais.

NOTAS

- (1) “Cardoso prepara emenda para mudar as relações de trabalho”. Reportagem de Ilmar Franco no Jornal do Brasil.
- (2) “Urgência para a reforma do Estado”. Artigo de Delfim Netto no jornal O Estado de S.Paulo, em 16/10/94.
- (3) “Especialista quer mudanças nas relações de trabalho”. Entrevista de Hélio Zylberstajn no Jornal da Tarde.
- (4) *Iniciação ao Direito do Trabalho*. Amauri Mascaro do Nascimento. 16ª Edição. Editora LTr.
- (5) *El trabajo en el mundo*. 1993. OIT.

Importantes contribuições do CES

Muitas lideranças da nossa categoria já participaram dos cursos e seminários de formação promovidos pelo CES. Além disso, temos acesso à revista Debate Sindical, que dá valiosas contribuições no estudo das questões da atualidade. Por tudo isso e muito mais, o CES merece nossos parabéns. Que ele continue sempre assim, ajudando na construção do sindicalismo classista em nosso país.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
NA CONSTRUÇÃO CIVIL DA BAHIA**

DEBATE

Pluralismo X unicidade

Com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, ganhou relevo a discussão sobre o futuro do sindicalismo brasileiro. Entre outras iniciativas que afetam os sindicatos, o novo ocupante do Palácio do Planalto anunciou sua intenção de acabar com a unicidade sindical, prevista no artigo 8º da Constituição. A proposta, que ganhou aplausos imediatos do empresariado e dos seus meios de comunicação, sempre gerou inúmeras controvérsias entre os sindicalistas.

Se vingar de fato, o que pode ocorrer na reforma constitucional em curso, esta medida resultará em profundas transformações no movimento sindical. Ela dará brecha para o plurisindicalismo, com o surgimento de milhares de entidades e o aumento da disputa no próprio campo sindical. Há quem afirme que esta mudança é saudável. Outros garantem que ela só serve ao patronato, principalmente nesta fase histórica de ofensiva do neoliberalismo.

Para aprofundar a discussão sobre este tema de enorme impacto, a *Debate Sindical* solicitou duas opiniões divergentes. Isto por acreditar que com a polêmica franca e madura, realizada no próprio ambiente sindical, será possível elucidar o significado real da proposta do fim da unicidade. Caberá ao leitor, com seu espírito crítico aguçado, definir o que é melhor para o futuro da luta dos trabalhadores.

Pelo pluralismo sindical

Armando Boito Jr. *

A unicidade sindical, um dos principais fundamentos da estrutura sindical corporativa de Estado, é uma norma autoritária e anti-operária e a sua defesa é uma posição mistificadora que, desgraçadamente, ainda existe no movimento sindical brasileiro. O irrestrito pluralismo sindical é a única forma da classe operária e demais classes trabalhadoras usufruírem da liberdade de organização e disporem da possibilidade de construir organizações sindicais de massa política e ideologicamente autônomas.

É necessário, de início, esclarecer os termos da discussão. Em primeiro lugar, a unicidade sindical não pode ser confundida com a existência de um sindicato unitário. A unicidade sindical é uma norma legal que estabelece a obrigatoriedade do sindicato único. O sindicato unitário pode existir sem que exista essa norma - e é isso que de fato ocorre em muitos países. Em segundo lugar, a unicidade sindical não é na sua essência, e ao contrário do que pode parecer a primeira vista, uma norma que estipula o número de sindicatos. Ela é uma norma que estabelece, de modo necessário e incontornável, a subordinação do sindicato ao Estado. É por isso que ela é uma peça básica da estrutura sindical corporativa.

A norma legal indica que o Estado deve intervir na organização sindical

Não adianta dar voltas e nem fazer jogo de palavras: se existe uma norma legal que estabelece o sindicato único para cada categoria de trabalhadores em cada base territorial, o Estado deve intervir na organização dos trabalhadores, estipulando qual é esse

sindicato único. A unicidade sindical pressupõe, portanto, a necessidade dos sindicatos serem oficial e legalmente reconhecidos pelo Estado. Durante décadas, isso foi feito no Brasil através da carta sindical, que era expedida pelo Ministério do Trabalho, antes do sindicato começar a funcionar como tal.

Desde a Constituição de 1988, a oficialização do sindicato pelo Estado como representante de um determinado segmento dos trabalhadores é feita pelo Poder Judiciário, no mais das vezes após a criação do sindicato. O controle apriorístico exercido pelo Executivo foi substituído pelo controle a posteriori, exercido pelo Judiciário. Mas o controle do Estado, uma vez que foi mantida a unicidade sindical, foi mantido no seu princípio. Quem atua no movimento sindical sabe muito bem do que estamos falando.

Quando a Força Sindical resolve dividir a base de um sindicato da CUT criando um sindicato pelego, quem dá a última palavra, isto é, quem decide se a criação do novo sindicato fere ou não a norma do sindicato único, é, como não poderia deixar de ser, o Estado, através do Judiciário. A vigência da unicidade sindical impõe essa tutela do Estado. Esse tipo de tutela - pela qual o Estado concede a representação sindical de um segmento dos trabalhadores a um determinado sindicato oficial em regime de monopólio - abre caminho para todas as outras dependências e interferências próprias da estrutura sindical brasileira.

Nos períodos de ditadura, a interferência é tal que os sindicatos oficiais ficam reduzidos a órgãos assistenciais e policialescos. Todo o movimento sindical fica unido, graças à unicidade, em torno do governo ditatorial. Nos períodos democráticos, os sindicatos únicos oficiais têm uma margem de liberdade de ação bastante ampla, mas nem por isso tais sindicatos podem ser carac-



Marco Aurélio Monteiro

terizados, em tais períodos, como organismos tipicamente operários. Continuam burocráticos e dependentes. A unicidade e as contribuições sindicais obrigatórias - que, de resto, só podem existir porque existe a unicidade - tornam os sindicatos dependentes do Estado, mas independentes do trabalhador.

A diretoria do sindicato detem a representação legal dos trabalhadores e os fartos recursos financeiros - e como são fartos, já que metem a mão à vontade no salário do trabalhador associado ou não ao sindicato - independente do enraizamento e da massificação do sindicato. O resultado disso é que, no Brasil, o índice de sindicalização é baixíssimo e a organização por local de trabalho é praticamente inexistente.

Há muito discurso pela organização no local de trabalho desde que surgiu a CUT. Até hoje por que se fez tão pouco? Porque o sindicalista não necessita organizar o trabalhador na fábrica para ter o dinheiro no cofre. Não necessita aumentar o índice de sindicalização para poder falar em nome da "categoria". Pelo contrário, organizar no local de trabalho só lhe traz dor de cabeça - disputa com outros correntes políticas, risco de perseguição patronal, etc. A unicidade e as contribuições sindicais a ela ligadas permitem a existência, continuada e com recursos fartos, de um sindicato burocrático, separado dos trabalhadores e vinculado ao Estado. E isso tudo nos períodos mais democráticos.

Quanto à dependência dos sindicatos únicos, quem ainda nutre a ilusão de que em

regimes democráticos esses sindicatos possam ser independentes, que observe o que ocorre nas campanhas eleitorais. A CUT não assumiu a candidatura Lula, nem em 1989 nem em 1994, dentre outras razões por medo de que a Justiça Eleitoral interviesse nos sindicatos cutistas. Os fundos financeiros do sindicato são obtidos através de um poder de tributação - taxa assistencial, taxa confederativa, imposto sindical - que o Estado outorga aos sindicatos. Logo é um fundo público sobre o qual o sindicato não tem autonomia de gestão.

E os sindicalistas sabem desse limite da estrutura sindical unitária e se curvam diante dele. Foi assim em 89 e foi assim em 94. Mas - graças a Deus!! - preservamos a unicidade. Em 94, Lula ainda tentou reagir: "Não é legal, mas é legítimo", comentou diante da ameaça que pesava sobre o sindicato que lhe fornecia caminhão de som. Mas não foi longe. Recuou; mesmo porque a CUT já tinha recuado previamente.

**O pluralismo sindical é
sinônimo de liberdade de
organização dos sindicatos**

O pluralismo sindical é sinônimo de liberdade de organização sindical. Significa que todo grupo de trabalhador pode, a qualquer momento, criar um sindicato - por categoria, por ramo, por empresa, por região,

pouco importa - sem necessidade de autorização prévia, ou reconhecimento posterior, de qualquer ramo do aparelho de Estado. Isso é a liberdade de organização sindical. É preciso advertir que esse regime pode levar tanto à pluralidade sindical - existência de fato de vários sindicatos disputando a representação de um mesmo segmento de trabalhadores - quanto à unidade sindical.

Nesse regime os socialistas podem lutar por um sindicato unitário com outras correntes sindicais, ou por um sindicato à parte - dependendo da avaliação que façam da conjuntura. Somente a tática irá dizer se interessa manter a unidade com correntes reformistas ou romper com elas. O pluralismo irrestrito, como direito num país capitalista, deve ser defendido como um princípio. Dito de outro modo, é uma questão de princípio opor-se à unicidade sindical, isto é, à subordinação do sindicato ao Estado. Já a pluralidade sindical, isto é, a existência efetiva de mais de um sindicato representativo para um mesmo segmento de trabalhadores, essa é uma questão puramente tática. Dito de outro modo, a unidade sindical é uma questão tática, e não uma questão de princípio.

Aqueles que temem o pluralismo alegam que nesse regime o patronato criará sindicatos amarelos. Ora, já não existem milhares de sindicatos amarelos no Brasil sob o regime de unicidade? Outro argumento é que os sindicatos se fragmentariam. Esse argumen-

to ignora que a unicidade é o maior pulverizador do sindicalismo brasileiro. Isso não é um jogo de palavras. Com a unicidade - representação legal assegurada em regime de monopólio, cofre cheio, etc. - é fácil ser sindicalista. Criar um sindicato é como abrir um bom negócio. Desde a Constituição de 88, surgiu uma indústria da criação de sindicatos no Brasil. Temos hoje mais de 20 mil sindicatos! A Inglaterra, país no qual vige o pluralismo, tem cerca de 800. Os EUA têm cerca de 500.

É muito mais difícil criar sindicatos num regime em que o sindicato só sobrevive se contar com a adesão, cotização voluntária e organização na base dos trabalhadores. É difícil organizar e conquistar a direção do movimento operário. É mais difícil criar e também é mais difícil destruir. Qual regime - unicidade ou pluralismo - fragmenta e pulveriza o movimento sindical?

Poderão afirmar: mas nem o pluralismo nem a autonomia frente ao Estado garantem a independência política e ideológica do sindicato; há muitos países com liberdade sindical e sindicatos reacionários. Isso é certo. Não há mesmo garantia alguma. Mas há o que falta na situação de unicidade: a possibilidade de conquistar a independência política e ideológica dos sindicatos. Ou se pretende que o sindicato possa ser política e ideologicamente autônomo estando vinculado e subordinado ao Estado burguês?

* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp, autor do livro *O sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical*. Editoras Hucitec e Unicamp, São Paulo, 1991.

A formação como maior meta

Como sindicato participante do Convênio Nacional de Formação de Monitores do CES, atestamos o esforço sério e consequente desta entidade. De forma democrática e aprofundada, o CES tem contribuído para multiplicar o trabalho de formação de novas lideranças em todo o Brasil. E este é o grande desafio do sindicalismo na conjuntura atual. Parabéns por esta inestimável contribuição!

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO
COMÉRCIO DE SALVADOR (BA)**

Unicidade como contraponto

Altamiro Borges *

Certas companhias são constrangedoras e comprometem “belos” discursos. Que o diga o intelectual-presidente, aliado do que há de mais conservador nas elites brasileiras. A mesma triste cena se repete na complexa discussão sobre o futuro da estrutura sindical no país. Hoje é visível a formação de uma amplíssima frente contrária a unicidade sindical, prevista no artigo 8º da Constituição.

Nela se encontram as figuras mais dispares. A começar pelo próprio FHC, que logo após sua vitória fez acalorada defesa da reforma neoliberal, para enterrar, entre outras coisas, “o monopólio do sindicato único”. Dias depois, a poderosa Fiesp, em votação interna, confirmou a posição pelo plurisindicalismo. PFL e PPR, dois dos partidos mais reacionários da sociedade, há muito têm esta bandeira inscrita em seus programas e agora ganharam o apoio militante do PSDB.

“Fiesp e sindicatos filiados à CUT apóiam o fim da unicidade sindical”. O título da *Folha de S. Paulo*, de 11/10/95, revela a complicada aliança. Desde a sua fundação, que a central insiste em defender a Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) - norma que possibilita a pulverização dos sindicatos. “Somos a favor da pluralidade”, reforça Paulo Pereira, da executiva nacional da Força Sindical, que também aderiu à campanha.

Patronato quer pulverizar os sindicatos para impor a flexibilização de direitos

Sem cair numa visão maniqueísta, é evidente que os interesses dos aliados na campanha pelo fim da unicidade são distintos. Isto não retira, entretanto, a necessidade de

se refletir sobre o seu significado. A questão decisiva da atual correlação de forças, de quem sai ganhando com esta alteração, deve nortear o debate. Alguns dirigentes cutistas inclusive já perceberam isto. Não falam em público, mas nos bastidores admitem que o fim da unicidade é um grande risco.

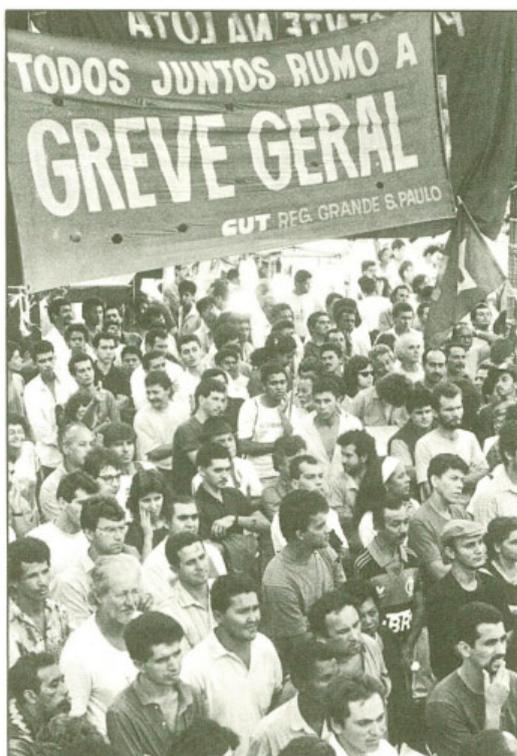
Já do lado patronal, da sua elite pensante, não há dúvidas. O fim da unicidade é peça chave para o seu projeto de reestruturação produtiva e encaixa-se perfeitamente no ideário do neoliberalismo. No campo político mais amplo, a pulverização dos sindicatos facilitaria a “flexibilização” dos direitos trabalhistas, questão decisiva para as elites num capitalismo em profunda crise, com um mercado cada vez mais restrito e competitivo.

Com sindicatos fracos, de preferência por empresas, seria mais fácil impor aumentos de jornadas, terceirização e outros retrocessos. Delfim Neto, um dos ideólogos da modernidade burguesa, gosta de dizer que para salvar o capitalismo é “importante flexibilizar o mercado de trabalho”. Para isso, prega abertamente o desmonte dos sindicatos. “Precisamos acabar com o imposto sindical e com a unicidade, libertando este mercado para que ele seja mais competitivo”.

Já no campo mais restrito, do mundo do trabalho, o fim da unicidade facilitaria a implementação das novas técnicas de gerenciamento do patronato - vulgarmente conhecidas como toyotismo. A experiência japonesa, tão admirada pela burguesia mundial, tem como um de seus pilares a fragmentação sindical, a existência de mais de um sindicato por empresa. Presos à hierarquia interna e envolvidos nos programas de produtividade, os “sindicatos casas” são um alento para o capital.

Com base nestas e noutras vantagens é que a elite burguesa defende o pluralismo

Paulo Torraca



sindical. No passado recente, durante o ditadura militar, interessava-lhe o sindicato único, tutelado rigidamente pelo Estado, para evitar resistências. Mas ela é hábil. Não transforma, à toa, questões de política em questões de princípios. Hoje, a unicidade e mesmo as variadas formas de contribuição sindical compulsória são um obstáculo ao seu projeto de modernidade excludente.

Apesar do idealismo dos ingênuos, não há dúvida de que, aprovado o fim da unicidade, a burguesia se apressará em pulverizar os sindicatos. Esta idéia já norteia a proposta do governo FHC de contrato coletivo de trabalho, que fixa as negociações por empresas. Ela está presente também na recente medida provisória (860) sobre “distribuição dos lucros”, que exclue os sindicatos existentes e incentiva a arbitragem por unidade de trabalho.

Prevedo a futura “guerra” entre sindicatos num mesma base territorial ou até numa empresa, as elites já redigem textos para aplinar o terreno da cooptação. Um deles, de autoria do ex-senador e atual ministro José Serra, determina que “a lei disporá sobre os critérios de reconhecimento pelo empregador ou por sua entidade sindical das entidades de trabalhadores para efeitos de

negociação coletiva”. Ou seja, o patronato decidirá quem representa os trabalhadores!

Argumentos favoráveis ao fim da unicidade não têm base na conjuntura adversa

Se do lado patronal a questão está definida e as armas já estão afiadas, o mesmo não ocorre no campo dos trabalhadores. A ofensiva neoliberal conseguiu confundir até mesmo antigos adeptos do fim da unicidade no meio sindical. Como o momento é delicado e exige reflexão profunda, vale apresentar alguns dos argumentos destes porta-vozes, em especial de algumas correntes cutista, para polemizar de maneira franca, com espírito desarmado e construtivo.

Um dos mais primários, de viés anarquista, diz que o trabalhador deve rejeitar toda e qualquer “legislação burguesa”, incluindo a da unicidade. Se fosse levado à sério, seria preciso negar as leis que limitam a jornada de trabalho, estabelecem as férias, etc. - o que lembra o projeto das elites de flexibilizar e desconstitucionalizar o país. É um argumento principista, que menospreza as lutas e conquistas históricas dos trabalhadores, inclusive as expressas em lei.

Outro argumento, mais capcioso, é o que trata das possibilidades abertas com o fim da unicidade. Em tom profético, alguns garantem que o pluralismo seria a panacéia para todos os males do sindicalismo brasileiro. A disputa entre sindicatos facilitaria a superação do economicismo, do corporativismo e de outros ismos. O trabalhador descontente com a direção da sua entidade fundaria outra, purinha e combativa. Os pelegos seriam varridos da face da terra!

Tão bonito, mas tão inocente. Primeiro porque parece que a luta de classes é um jogo de um time só. Esquece que no capitalismo é a burguesia que dá as cartas - ainda mais nesse período de defensiva estratégica das forças revolucionárias. Com o fim da unicidade, os problemas do sindicalismo só tendem a se agravar. O patronato, na ofensiva, montaria seus próprios sindicatos, mais dó-

ceis e apelegados, e jogaria na divisão e na confusão entre os trabalhadores.

Segundo, porque a própria experiência internacional nega os efeitos milagrosos deste remédio. Nos EUA, Alemanha e Japão, onde há total "liberdade e autonomia", predomina um sindicalismo aburguesado e corrompido. Em muitas nações, o pluralismo serviu apenas para que a social-democracia, aliada ao patronato, isolasse os revolucionários e trilhasse o caminho do tripartismo. Não é para menos que a Ciosl é uma feroz defensora do fim da unicidade.

Por último, o argumento de maior consistência: o de que a legislação sindical brasileira tem inúmeras falhas e armadilhas. E isto não é para menos. Afinal, quando ela foi criada, na década de 30, visava distorcer o papel do sindicato. Uma das artimanhas de Getúlio Vargas foi permitir uma unicidade pela metade, já que previa três tipos de representação na base - o sindicato por ramo de atividade, o de profissão e o escabroso sindicato por setor diferenciado.

Muitas das restrições da estrutura getulista foram seriamente golpeadas com a Constituição de 88, que garantiu, entre outras conquistas, maior liberdade para os sindicatos, com o fim da tutela do Estado. Estes avanços, entretanto, ainda esbarram nos vícios do próprio sindicalismo. As três formas de representação na base se mantêm intactas. Segundo o Ministério do Trabalho, atualmente existem cerca de 20 mil sindicatos no país.

Boa parte destas entidades "fantasmas", cartoriais, tem bases frágeis. Muitas só arrecadam dinheiro para os nossos "sindicalistas de negócios" - o tipo brasileiro, pé de chine-

lo, dos milionários *bussines union* dos EUA. Já o registro dos sindicatos, antes feito pelo Executivo, hoje é autorizado pelo Judiciário, o que mostra a fragilidade do sindicalismo, que não forjou mecanismos autônomos de enquadramento.

Esse é o quadro real. Evidente que apresenta distorções. Daí a indicar um remédio que mata o próprio paciente vai uma grande distância. A não ser que se adote uma política irresponsável de terra arrasada. O fim da unicidade, com a abertura da "corrida maluca" pela formação de sindicatos, só daria fôlego ao projeto neoliberal. Rapidamente se atingiria os 78 mil sindicatos do Japão, sendo que os "realmente existentes" seriam os cooptados pelo patronato.

Concluindo, a unicidade não é uma questão de princípio. Em fases passadas de ascenso revolucionário, os próprios comunistas formaram sindicatos "vermelhos". Além disso, a unicidade existente no Brasil não é nenhuma maravilha. Tem graves defeitos. Alguns que podem ser enfrentados com uma política consequente e séria - como fizeram os metalúrgicos do ABC paulista, que fundiram suas entidades.

A defesa da unicidade sindical, diante da eminente reforma constitucinal, é uma questão política. Tem o objetivo tático de servir como contraponto à furiosa ofensiva das elites neoliberais. Serve como obstáculo às intenções do patronato de fragmentar as organizações sindicais. Parte da análise concreta da atual correlação de forças, que não dá brechas para aventuras idealistas e desmascara as tramas sociais-democratas de FHC e de outros "tucanos" enrustidos.

*Jornalista.
Presidente
do Centro
de Estudos
Sindicais
(CES)

Uma entidade ampla e pluralista

Há alguns anos o nosso sindicato mantém contato com o CES. Através dos seus cursos, do convênio de formação de monitores e da revista *Debate Sindical*, esta entidade ganhou nosso respeito e credibilidade. Em todo este período, observamos sua postura ampla, pluralista e séria. Por estes méritos, o CES merece nossos parabéns e o desejo que continue com seu importante trabalho.

**SINPRO/DF - SINDICATO DOS PROFESSORES
DO DISTRITO FEDERAL**

Jailton Garcia



A presença da mulher no movimento sindical

Loreta Valadares *

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, sempre foi encarado como um momento singular de reflexão sobre o papel da mulher na sociedade. Entre outros temas, um gera grande interesse: qual o lugar da questão de gênero no mundo do trabalho e no movimento sindical. O artigo abaixo, apresentado originalmente no 3º Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM), no ano passado, aponta algumas respostas instigantes sobre a questão.

Sindicato é lugar de mulher? Qual o lugar da mulher no sindicato? Sindicato tem gênero? Como se dão as relações de gênero no movimento sindical? Perguntas... perguntas... que uma nova realidade suscita.

Hoje, em meio à crise do capitalismo e à tentativa de implantação do projeto neoliberal, no mundo unipolar da nova ordem, surge uma nova mulher. Esta é fortemente afetada pelas mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento das forças produtivas, pelas inovações introduzidas no mercado e nas formas de organização do trabalho, pelos

atuais mecanismos adotados para o “enxugamento” do Estado (Estado neoliberal privado e sem fronteiras; soberania nacional zero).

Esta nova mulher depara-se com o aprofundamento do abismo entre a voraz necessidade de lucro do capitalismo e as reais necessidades da humanidade. Enormes capacidades humanas são desperdiçadas, subaproveitadas. Agrava-se a desigualdade social. Cresce a parcela de excluídos.

A força-mulher, visível e ascendente no mercado de trabalho ao longo dos últimos 30 anos, permanece invisível e subalterna en-

quanto trabalhadora. Há o rebaixamento salarial, por um lado, e o entendimento de complementaridade salarial, por outro. O avanço da mulher na produção social enfrenta as contradições agudizadas da desigualdade de classes e o paradoxo de realizar-se mergulhado na desarmonia das condições de trabalho. Romper com o paradoxo significa lutar contra a opressão de gênero no processo de luta contra a opressão social.

A discriminação de gênero (sexo socialmente construído ou relações sociais de sexo), antes relativamente confinada no binômio público X privado, agora perpassa todo o social. As questões específicas agora estão em toda parte: empresas, sindicatos, partidos, instituições públicas, poder político, meios acadêmicos, etc. As relações de gênero, “além de perpassarem pela complexa gama de relações sociais de toda a sociedade... passaram a impregnar o movimento social e político que delas não pode deixar de tratar” (Valadares, 1991 e 1992).

A participação da mulher ganha corpo nos debates dos fóruns sindicais

As relações desiguais de gênero se dão em todas as esferas da sociedade fundada na desigualdade de classes. É preciso “perpassar” a luta de gênero em todas as instâncias da luta social e política. A questão de gênero já encontrou o seu lugar, está na sociedade, desde o processo produtivo até suas expressões político-culturais.

Do ponto de vista científico, este entendimento constitui grande avanço, fruto do trabalho de pesquisadoras feministas avançadas que aportaram a categoria gênero à ciência social, estabelecendo sua relação com categorias do materialismo histórico (classe, produção, reprodução). Bila Sorj faz a crítica “às teorias sociais geralmente omisssas quanto à importância das relações de gênero na explicação da organização social” (Sorj, 1992).

Já Castro e Lavinias afirmam que “vêm ocorrendo mudanças qualitativas nos estu-

dos sobre mulher e trabalho, tendendo a privilegiar a pluralidade das relações sociais e singularidade de identidades sociais que não mais podem descartar a dimensão de gênero” (Castro e Lavinias, 1992). E Heleieth Saffioti adverte para a necessidade de “... estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças-semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças-semelhanças de classe nas relações de gênero ... Estes dois tipos de relação são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social” (Saffioti, 1992).

Do ponto de vista dos movimentos sociais e entidades populares a questão de gênero toma corpo. É objeto de debates, seminários, aparece como ponto polêmico central em reunião de centrais sindicais (o caso das quotas de representação da mulher nas entidades sindicais, os 30% conquistados pelas trabalhadoras em congresso da CUT). Secretarias ou diretorias para assuntos da mulher são criadas em sindicatos. As bandeiras feministas passam a ser discutidas para além dos grupos feministas, constituem-se fóruns feministas com a participação de sindicalistas, estudantes, etc.

Do ponto de vista do movimento feminista estas mudanças representam vitórias, mas, ao mesmo tempo, indicam a necessidade urgente de uma nova inserção orgânica, de uma ação de luta em um novo patamar. Particularmente para a corrente feminista emancipacionista, que entende a opressão de gênero entrelaçada à opressão (exploração) social, de classe (ver Valadares, 1990), novas formas organizativas estão a desafiar sua visão histórica transformadora da sociedade em que relações desiguais de gênero se dão em todas as esferas da vida social estruturada na desigualdade de classes. O específico se entrelaça ao geral, o que exige novos canais de expressão e novas formas de organização.

“Lugar de mulher é no sindicato” - o específico e o geral sob nova ótica

Um novo entendimento do específico e do geral não significa negar a especificidade

de, nem as formas próprias de expressão do movimento feminista, que muito contribuíram para “desvendar” o gênero, conquistando espaços importantes (até mesmo direitos inseridos na Constituição), firmando um relativo reconhecimento da especificidade da questão da mulher, criando canais próprios de atuação (entidades autônomas, fóruns, etc) e levantando suas bandeiras.

O feminismo emancipacionista fundou, em 1988, a União Brasileira de Mulheres (entidade nacional representativa de outras uniões e organizações emancipacionistas locais), que joga importante papel no movimento feminista e tem uma intervenção revolucionária na luta contra a discriminação de gênero. Tudo bem. Agora, trata-se, apenas, de enfrentar o duplo desafio de levar a luta emancipacionista no curso do movimento social real, nos diversos setores e categorias, fundindo o específico ao geral, em dois vetores:

1- Despertar as mulheres para a luta social e política, mostrando como as condições de gênero impedem ou limitam a participação da mulher na sociedade e nas suas instâncias sócio-político-culturais (sindicatos, por exemplo).

2- Mobilizar-se no sentido de travar a luta para transformar as condições de gênero num fator de avanço da luta social e participar da luta social para nela mesma levantar as questões da opressão de gênero. (Ver Valadares, 1991 e 1993).

O espaço privilegiado desta simbiose se desloca hoje para as entidades de classe e categorias sociais organizadas. Nelas a intervenção consciente tem aumentado, não se

restringindo ao reivindicatório, mas jogando papel político, muito embora a ação política concentrada no patamar da grande política, que põe em jogo o poder das classes dominantes, ainda seja limitada.

A emancipação da mulher, que tem caráter estratégico, integra-se ao movimento sindical, contribuindo para a elevação da consciência revolucionária ao incorporar-se às questões específicas da opressão de gênero e as bandeiras emancipacionistas nas lutas das categorias e dos setores onde as mulheres trabalham, propiciando, também sua atuação na luta geral do movimento.

As ricas experiências das bancárias baianas e das metalúrgicas cariocas

É o que as mulheres já estão fazendo. “Lugar de mulher é no sindicato”, dizem as camisas, faixas e boletins específicos das mulheres do Sindicato dos Bancários da Bahia. Em 1987, as bancárias criaram o Departamento para Assuntos da Mulher, dirigido, na época, por Nole Fraga. Percorreram assim um caminho de conquista de espaços, no que até então “tem sido um ‘mundo masculino’... realidade que só recentemente começa a mudar” (Araújo, 1992).

Hoje o departamento tem uma Diretoria para Assuntos da Mulher, cuja diretora é Rebeca Serravalle, com assento na Diretoria Executiva do Sindicato - onde também outras mulheres somam forças ao trabalho ge-

O CES E O DESAFIO DA FORMAÇÃO

O Sintaema encara a formação como uma questão chave para o fortalecimento do sindicalismo classista. Tanto que promove constantes cursos para os diretores, delegados e ativistas sindicais, realiza seminários e divulga amplamente materiais de estudo sobre o tema. Neste esforço, o Departamento de Formação do Sintaema sempre contou com a assessoria competente e séria do CES, que merece nossos parabéns e também nossos agradecimentos.

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema)

ral da entidade: Nole Fraga, na Diretoria para Assuntos com a Comunidade, Alzira da Silva, na Diretoria para assuntos Parlamentares, e Kátia Lorena Ribeiro Miranda, na Diretoria de Esportes. Várias outras mulheres fazem parte do pleno da diretoria.

A Diretoria para Assuntos da Mulher do Sindicato dos Bancários da Bahia tem dado significativa contribuição na discussão da questão de gênero. Publica um boletim - **Mulher em Movimento** - e recentemente lançou o primeiro número da sua revista semestral - **Mulher em Movimento**. O departamento já realizou inúmeros seminários sobre a questão de gênero, discutindo mercado de trabalho, saúde e sexualidade, assédio sexual no trabalho, e outros temas.

Já é parte da pauta do sindicato a Mostra de Arte da Mulher Bancária, realizada anualmente nas comemorações do 8 de março. O departamento participa da montagem de peças teatrais, levando a questão da discriminação de gênero às praças e às portas de bancos. As mulheres do departamento são ativistas das greves e das lutas dos bancários e do movimento sindical baiano, estando à frente de várias manifestações políticas. O Encontro Nacional dos Bancários, onde a Diretoria para Assuntos da Mulher esteve presente, incluiu em sua pauta de reivindicações itens sobre os direitos da mulher, como proteção diante de atos discriminatórios e do assédio sexual.

O trabalho do departamento chega até a mulher bancária, que toma consciência de sua situação de gênero, saindo da passividade e indo à luta até pioneira, como no exemplo das funcionárias demitidas pelo Banco Sudameris por terem denunciado assédio sexual no trabalho. Elas levaram o caso à justiça, acompanhadas pelas diretoras e advogados do Sindicato, abrindo o primeiro processo penal contra empresa por assédio sexual.

Outro trabalho vitorioso é o das metalúrgicas cariocas, criando uma Secretaria de Assuntos da Mulher (90/93) e implementando o departamento. O plano de trabalho para 93/96 tem, entre outras metas, a integração com os demais departamentos, a formação de mulheres para a ocupação de espaços de direção, o lançamento da revista da **Mulher**



Gilmar Domingos de Oliveira

Metalúrgica, a criação do Disque Mulher e do Conselho da Mulher Metalúrgica.

A diretora atual é Fátima Duda. Outras cinco mulheres ocupam postos na direção da entidade. A Secretaria de Assuntos da Mulher promoveu a Campanha de Valorização da Mulher, que resultou no aumento de mulheres sindicalizadas, passando de 2.500 para 4.000 (na base da categoria como um todo elas são cerca de 35% a 40%). O departamento tem um jornal, o **MetaMulher**, e em seu plano de trabalho estuda a possibilidade de convênios com entidades e institutos, como CEDIM, IPAS, UBM, DIESAT, que auxiliem no avanço da luta da mulher.

Estes são exemplos de como o gênero atravessa o sindicato em uma nova forma de ação emancipacionista. Levaram Mary Castro a afirmar, em relatório da pesquisa "Dividindo para Somar", realizada entre as lideranças bancárias de Salvador, que "a importância dessa diretoria (para assuntos da mulher) estaria não na departamentalização dos assuntos da mulher, mas no esforço de reivindicar a transversalidade da questão de gênero, a compreensão da singularidade das formas de fazer política das mulheres, a importância de suas reivindicações na gestão de um novo sindicalismo: o sindicalismo dos anos 90" (Castro, 1994).

Novas formas de ação da corrente emancipacionista e o papel ativo da UBM

A UBM, como canal próprio de expressão do feminismo emancipacionista, não perde seu lugar como entidade autônoma. Mas, diante dos novos desafios, redefine seu papel, no sentido de organizar a corrente emancipacionista em todas as esferas do movimento sindical e popular (estudantes, movimento negro, movimento comunitário).

Sua atuação (e a de outras entidades emancipacionistas autônomas locais) visa o estabelecimento de uma poderosa rede de emancipacionistas intervindo no curso real dos movimentos sociais, mobilizando as mulheres para assumir a luta contra a opressão de gênero em sua própria área de atividade política. Para a formação desta rede, é necessária uma maior elasticidade e mais flexibilidade nas formas organizativas.

As uniões (UBM) jogam papel aglutinador e irradiador da corrente que se insere nos diversos movimentos sociais através das emancipacionistas filiadas à entidade. Para ocupar este novo e dinâmico lugar, a UBM (Uniões e entidades locais) precisam ter nova "questão" para incorporar-se no cotidiano das vivências sociais como participa-

ção semelhante/diferente nos canais de luta. O sindicato (partido político, diretório acadêmico, órgão público etc.) tem (têm) gêneros.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Araújo, Clara. **A Mulher e o Sindicalismo**, in revista Presença da Mulher, n.22, ed. Liberdade Mulher, SP, 1992.
- 2- Castro, Mary Garcia. **Dividindo para Somar**, in Mulher em Movimento, n.1, Publicação do Sindicato dos Bancários da Bahia, Salvador, 1994.
- 3- Castro, Mary G., Lavinias, Lena. **Do Feminismo ao Gênero: A construção de um objeto**, in Uma Questão de Gênero, Rosa dos Tempos, SP, 1992.
- 4- Samotti, Heleleth. **Rearticulando Gênero e Classe**, in idem.
- 5- Sorj, Billa. **O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade**, in idem.
- 6- Valadares, Loreta. **A "controvérsia" marxismo X feminismo**, in Princípios, n.18, Editora Anita Garibaldi, SP, 1990.
- 7- _____. **Problemas atuais do movimento de mulheres**, in A Semana Comunista/Especial. Publicação do Diretório Regional do PCdoB/Bahia, 1991.
- 8- _____. **A guia da contribuição para o seminário: A questão mulher e o projeto político do PCdoB**, 1992 (trabalho não publicado).
- 9- _____. **Novas reflexões/Variações sobre os mesmos temas na questão da mulher**. Trabalho apresentado no Seminário da UBM, Vitória (ES), 93.

* Assessora sindical na Bahia e dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM). O título e os intertítulos são de autoria da redação da revista.

Trabalho sério e eficiente

Os trabalhadores em educação da Bahia conhecem e respeitam o trabalho sério e eficiente do CES. Nos nossos congressos, seminários e em outras atividades de formação, a entidade sempre esteve presente. Ao comemorar 10 anos de vida, desejamos êxito na continuidade deste trabalho. O CES é indispensável para o avanço consciente da luta dos trabalhadores.

APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Mundo do trabalho, formação profissional e sindicalismo

Fernando Selmar Fidalgo *

As profundas mudanças no mundo do trabalho têm reflexos na materialidade e na própria subjetividade de classe dos trabalhadores. Elas afetam a mente dos que vivem do salário, impondo desafios em diversos terrenos - como no da formação profissional e nas formas de organização sindical. O artigo abaixo procura tratar do significado destas alterações e das novas tarefas do sindicalismo.

Os últimos anos da década de setenta denunciam a presença, no cenário capitalista mundial, de sinais de exaustão de um padrão de acumulação, exigindo a revisão das formas usualmente praticadas de reposição dos pressupostos da reprodução do sistema, implicando na adoção de medidas, que têm trazido transformações societárias muito abrangentes.

Uma profunda reestruturação produtiva, possibilitada pelos avanços científicos e tecnológicos, assegura uma base técnico-material significativamente superior, relativamente à disponível até então, permitindo ao capital maior objetivação do processo de trabalho.

Estes novos tempos são marcados por transformações técnico-científicas, que expressam a necessidade de valorização capitalista, através da incorporação massiva da ciência e da tecnologia como força produtiva direta, principalmente, através do desenvol-

vimento da microeletrônica, da biotecnologia, de novos materiais como cerâmica e sintéticos, de novas fontes de energia como laser e nuclear, da telemática, etc.

Se, até então, a base técnica ainda pouco avançada da acumulação capitalista exigia que parte considerável dos investimentos fosse destinado a uma significativa incorporação de força de trabalho, hoje o sentido dos investimentos volta-se para o capital constante, implicando em diminuição absoluta e relativa dos postos de trabalho em amplos setores da economia.

A dinâmica em curso, claramente delineada nos países mais avançados, manifesta-se, e naturalmente, dentro das especificidades da formação social de nosso país e do contexto das relações internacionais em que se situa, interferindo e modificando radicalmente a problemática do mundo do trabalho, as formas de inserção dos indivíduos na estrutura produtiva, a es-

estrutura ocupacional, as diferentes esferas da subjetividade humana, as formas de representação sindical e política e o papel das instituições educacionais.

Com as mudanças em curso, trabalhadores enfrentam a crise mais aguda do século

Para os trabalhadores, as transformações em curso ensejam a crise mais aguda deste século, pois atingem com profundidade tanto a materialidade das suas condições de vida, quanto a subjetividade da classe (Antunes, 1994).

A reestruturação capitalista aprofunda as contradições sociais, pois incide sobre os processos de reprodução da força de trabalho, a estrutura das oportunidades de venda desta mercadoria especial, os critérios de sua remuneração e valorização, a relação entre seu valor de uso e seu valor de troca, o poder de negociação sindical e as relações capital e trabalho.

O aumento do desemprego, a disseminação e banalização do trabalho precarizado, na sua forma temporária, parcial, terceirizada e desregulamentada, evidenciam a revalorização pelo capital de estratégias de extração de mais-valia absoluta, supostamente superadas em termos históricos, enquanto referidas às formas de subsunção formal do trabalho e a funcionalidade para a acumulação do modelo desigual e combinado de desenvolvimento.

As organizações dos trabalhadores passam por um período de claro defensismo, como reflexo deste contexto de mudanças, onde a situação de envolvimento direto com os problemas e a necessidade de respostas imediatas e reativas não as permitem ter o distanciamento necessário para a compreensão do quadro atual e a capacidade de um outro tipo de atividade, de caráter propositivo.

A nova organização do trabalho, do ponto de vista macro-estrutural, supõe a desconcentração das empresas, seu enxugamento em todos os sentidos, um formato menor e

mais flexível, compondo com a busca de novos padrões de gestão da força de trabalho.

Tendo como realidade presente aos seus olhos a tendência cada vez mais seletiva e discriminatória das políticas de contratação e diante do novo discurso participacionista empresarial, a parcela dos trabalhadores integrada ao mercado de trabalho formal se vê compelida a aceitar os esquemas de cooptação e de manipulação do capital, inerentes aos novos métodos de gerenciamento da produção.

O despotismo do capital, que na “Gerência Científica do Trabalho” de corte taylorista assumia a forma explícita do controle dos movimentos físico-mecânicos do trabalhador, ressurgiu na forma implícita de controle, pela submissão das dimensões mental/intelectual e da subjetividade do trabalho.

A questão da mudança dos paradigmas de qualidade e produtividade tem sido o argumento primordial no discurso oficial em prol dos investimentos educacionais, em função da forma bastante diferenciada que hoje se apresentam no atual modelo de acumulação.

Novas preocupações são incorporadas à agenda de empresários e sindicatos

As negociações coletivas no Brasil com relação à introdução de novas tecnologias têm ficado, na maioria das vezes, limitadas à discussão do desemprego tecnológico e do deslocamento dos postos de trabalho. Entretanto, em alguns países europeus, a problemática da qualificação e da requalificação para o trabalho, bem como da gestão do sistema de formação profissional, tem integrado as pautas de negociação e as relações sindicais dos trabalhadores com os representantes do capital e do Estado.

Dados recentes da atual conjuntura brasileira indicam, entretanto, tendências de incorporação destas questões nos discursos dos representantes dos empresários, dos trabalhadores e do Estado, nos apontando a necessidade de compreensão do tipo de par-

ticipação que interessa aos trabalhadores e a luta pela transformação social.

O defensismo das organizações dos trabalhadores diante da nova realidade vem favorecendo, independentemente das diferentes intenções e expectativas de seus militantes, a construção e o fortalecimento do sindicalismo de envolvimento. Neste artigo objetivamos levantar uma série de questionamentos que nos parecem fulcrais, pretendendo, portanto, oferecer como contribuição ao debate e a luta dos trabalhadores, não um receituário de “como sair da crise”, mas perguntas que nos ajudem a construir na luta estas saídas.

A decisiva questão da formação profissional e a resposta do sindicalismo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), em documentos recentes, tem apresentado algumas reflexões e proposições a respeito da gestão da formação profissional, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos públicos para esta atividade.

Os sistemas Senai, Senac e Senar financiam suas atividades com os recursos provenientes de 1% da folha de pagamento das empresas, portanto, de origem pública. Entretanto, a administração de tais receitas processa-se privadamente e sob o controle de órgãos ligados às federações empresariais, com mecanismos muito flexíveis de prestação de contas.

A análise da CUT reconhece o predomínio do pensamento empresarial com relação à formação profissional no Brasil e que este se traduz em hegemonia política, entendendo-a como resultado do controle exercido pelo patronato sobre a programação das atividades formativas e sobre as decisões relativas a reorganização dos processos produtivos, com a exclusão da participação dos sindicatos de trabalhadores destes processos.

De fato, não se percebe sinais significativos da presença das idéias dos organismos

de representação dos trabalhadores sobre formação profissional nos documentos de políticas educacionais confeccionados pelo Estado ou pelos sistemas administrados pelos setores empresariais.

A formação profissional, hoje, aparece constantemente no centro das discussões e das preocupações dos mais diversos setores sociais: empresários, gestores do Estado, centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores, agências de formação profissional (Senac, Senai, escolas técnicas públicas e privadas, etc.), órgãos internacionais (Banco Mundial, FMI, OIT), etc.

Há, em curso, uma instigante problematização sobre os novos requerimentos de formação para o trabalho pela atual reconversão produtiva, cujos desdobramentos práticos, em termos pedagógicos e políticos, constituem elementos de complexidade teórica e de inquietação social.

A divisão do trabalho engendrada pelo modelo taylorista e fordista demandava uma concepção de formação profissional correspondente aos seus princípios heterogestionários e de especialização e simplificação das tarefas. Dois tipos básicos de formação profissional emergiram: de um lado, uma formação bastante simples para as atividades dos operários diretos, em grande parte, semi ou não qualificadas. De outro, para a concepção, planejamento e gestão do processo produtivo, requeria-se uma formação profissional específica, realizada principalmente nas universidades e em centros tecnológicos especializados.

Os padrões de formação do taylorismo se encaixam no novo paradigma produtivo?

Como nos diz Segnini (1992:62), “a multiplicação de escolas profissionalizantes, tanto para trabalhadores (escolas técnicas) como para gestores (institutos politécnicos, Faculdade de Administração de Empresas, etc) atendeu a necessidade de transmissão não só de habilidades para o trabalho taylor-

rizado mas também a transmissão de sua lógica própria ...”

O momento atual, marcado por uma reestruturação do modo de produção capitalista graças à introdução de novas tecnologias e novas formas de organização e gestão, aponta para tendências e perspectivas diferentes para a formação profissional? Poder-se-ia transportar mecanicamente as tendências em curso no âmbito da base técnico-material para o educacional? Que mediações se fazem necessárias? As características heterogeneizadoras já presentes no sistema perderiam suas especificidades ou assumiriam outras novas? Se o processo das inovações atinge segmentadamente a realidade e se esta guarda situações muito diferenciadas, compondo um mosaico bastante complexo de necessidades sociais, seria adequada a adoção de uma referência generalizante calcada nos novos requerimentos profissionais?

Na esfera da gestão da formação profissional, sinais de abertura à discussão com a sociedade têm mostrado que as dificuldades para responder as questões atuais pedem soluções diferentes das tradicionalmente adotadas. Esta flexibilização estaria sinalizando positivamente com relação à necessidade de implementação de uma gestão tripartite (Estado, Capital e Trabalho) para a formação profissional?

Num documento do Senac-Departamento Nacional (1988:30), de seis anos atrás, esta questão já estava presente: “Na esfera política, entre vários aspectos, destaca-se o princípio do tripartismo, já que, para atender os diversos segmentos sociais que demandam por formação profissional, é preciso haver participação de todos no planejamento e administração da formação profissional”.

Complementa, ainda, em outro momento, o mesmo documento: “Desde que respeitadas as regras estabelecidas, é possível viabilizar a participação efetiva da classe trabalhadora, com real proveito para o projeto social da formação profissional” (Senac, 1988:31).

Quais seriam estas novas regras? Quem as formularia? O que significa um projeto social de formação profissional de real proveito? Proveito para quem? Os trabalhado-

res, através das centrais sindicais, têm defendido constantemente e enfaticamente a necessidade de uma gestão paritária, entre Estado, empresários e trabalhadores, para a formação profissional.

Elites tentam incorporar as organizações sindicais à lógica do capital

Algumas iniciativas já estão ocorrendo, como é o caso da proposta de conselho tripartite para a gestão dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do recentemente criado “Programa de Requalificação Profissional”, vinculado ao SINE/SP, com o objetivo de articular estes três segmentos sociais em prol do desenvolvimento de iniciativas de formação para os trabalhadores desempregados.

É interessante constatar que tais convites surgem exatamente agora quando as perspectivas sociais de emprego se mostram muito sombrias não só no Brasil, mas em todo mundo. Até que ponto estas iniciativas poderão responder às necessidades da grande e crescente parcela dos trabalhadores não incorporada formalmente ao mercado de trabalho? E mesmo para os chamados “incluídos”, quais os alcances de propostas de caráter político e organizativo se questões de ordem social e de projetos de classe não se esgotam nas mesas de negociação?

O movimento social e sindical vem interpelando a teoria em busca de referenciais para orientar suas discussões. De todas as perguntas, talvez essa seja a questão central: Como participar da gestão da formação profissional sem que isso signifique mera incorporação à lógica do capital, sem que isso comprometa a construção de um projeto de classe para a sociedade?

As mudanças no mundo do trabalho contém, conforme Antunes (1994), uma processualidade contraditória, pois de um lado reduz o operariado industrial e fabril, e de outro, aumenta o subproletariado, pois aumenta o número de trabalhadores com emprego precário, temporário, etc. Ocorre



assim um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Uma complicação, em especial, torna essa discussão mais complexa: verificam-se mudanças fundamentais, seja de ordem qualitativa ou quantitativa no perfil da classe trabalhadora. Constata-se uma maior segmentação da força de trabalho, uma diminuição significativa, tanto em termos absolutos como em termos relativos, do contingente empregado. De um lado, verifica-se a exclusão massiva de trabalhadores semi ou não qualificados das relações contratuais formais e, de outro lado, incorpora-se um número relativamente maior de técnicos, principalmente dos técnicos de nível médio.

Neste sentido, como pensar, senão diferenciadamente a problemática da formação profissional se o contexto é de enorme diferenciação e polarização da “classe que vive do trabalho”? Mas assim procedendo, não se perde de vista as perspectivas de uma política não alimentadora das diferenciações sociais?

O aumento do desemprego deve ganhar importância num mercado excludente

Dentre as diversas alternativas em discussão, atualmente, no Brasil, para minimizar o problema do desemprego estrutural três tem se destacado: a política de garantia de renda mínima, conhecida também como im-

posto de renda negativo; a política de formação e de reciclagem profissional voltada para os desempregados e a política de capacitação para o pequeno e médio empreendimento. Em todas elas, a questão da formação profissional é vista como uma necessidade a ser urgentemente resolvida enquanto pressuposto para a solução da crise do emprego.

A crítica à teoria do capital humano já procurou esclarecer que não é transparente, nem imediata, nem harmoniosa a relação entre formação, qualificação e remuneração. No entanto, as expectativas ansiosas por soluções pragmáticas tendem a se sobrepor sobre uma visão realista do problema, que considera os impasses produzidos pela profunda crise inerente à atual dinâmica da concorrência intercapitalista.

O realismo do diagnóstico não pode, porém, se sobrepor à dinâmica das lutas sociais e considerar que o jogo já está perdido desde o início. Não é, por certo, um dilema que se resolve teoricamente. Do lado dos trabalhadores, no entanto, as experiências de formação profissional tendem a ser muito limitadas e restritas quase que exclusivamente a uma artesanania deslocada das tendências históricas de desenvolvimento do trabalho humano.

Pergunta-se: até que ponto estas políticas podem efetivamente minimizar o problema do desemprego? Como os trabalhadores poderão participar paritariamente da gestão da formação profissional se, geneticamente, a lógica capitalista da divisão do trabalho e da concorrência já define os horizontes e as

potencialidades das políticas gerais de formação?

A força de trabalho constitui uma mercadoria como outra qualquer dotada de valor de uso e valor de troca, embora seja uma mercadoria muito especial pois é a única capaz de gerar o mais-valor. Neste contexto, o controle da formação profissional pelos trabalhadores significa uma maior capacidade de intervenção destes em defesa do próprio valor de venda da sua força de trabalho.

Porque o conhecimento e a preservação de suas energias físicas e mentais constituem valores estratégicos fundamentais à sua valorização, os trabalhadores tem buscado compreender o que se passa em todo o processo produtivo e lutado por melhores condições e segurança de trabalho.

A superação do defensismo exige elaboração de projeto sindical de marca classista

No entanto, as questões relativas ao controle da gestão da formação profissional ainda aparecem pouco nas suas ações e pautas de reivindicações. Na CUT, o debate em curso tem se voltado mais para a questão da participação na política de repartição dos recursos públicos, administrados privadamente pelo empresariado e, agora, dos acumulados no FAT com destinação para a formação profissional.

Parece-nos uma postura tímida a considerar o histórico da experiência do movimento operário europeu, especialmente o italiano e o francês, concernente às lutas sindicais pelo controle operário fabril e pelo controle da formação profissional integral pelos trabalhadores.

A superação do atual defensismo sindicalista, que tem engrossado as perspectivas da alternativa do envolvimento e da negociação, não pode prescindir de uma estratégia de valorização da força de trabalho e de um projeto de classe para a formação profissional. Não é pelo fascínio à tecnologia, em si, que o capital tem buscado encontrar soluções materiais-técnicas de nível superior; ele quer

ver-se livre de sua dependência em relação ao trabalho vivo, apesar dos custos sociais altíssimos que tal opção apresenta à humanidade.

O que significa, hoje, um projeto classista de sindicalismo se não se passa por dentro desta problemática e da busca de um projeto também classista de formação para o trabalho?

Algumas indicações, nesta direção, têm sido apresentadas pela CUT, mas ainda não ganharam maiores repercussões no meio sindical. Uma delas considera que a educação deva ser unitária, de caráter científico, tecnológico e politécnico, tendo o trabalho como princípio educativo e como organizador de sua estrutura. Tal assertiva orienta a CUT a propugnar pela constituição efetiva de um Sistema Nacional de Educação.

A busca da escola unitária se contrapõe frontalmente à proposta empresarial e às tendências defensivas de caráter imediato do movimento social, voltadas para a formação diferenciada e segmentada de ajuste ao projeto de reprodução desigual da força de trabalho próprio ao movimento do capital. Se se entende que o trabalho age como trabalho quando recupera para si sua capacidade de ação, o que significa considerar a perspectiva da escola unitária num projeto classista de formação profissional?

Sob este ângulo, é preciso também problematizar e avaliar o significado e o alcance de outras propostas do movimento sindical, formuladas pela CUT ou outras correntes do sindicalismo.

As propostas da CUT para uma política de formação profissional são tímidas

A CUT, por exemplo, considera, dentre outras propostas, que a formação profissional deve ficar submetida ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional do Trabalho; que deve-se tomar como prioridade a educação básica; que esta deve ser complementada com a formação profissional, com conhecimento científico, tecnológico e

cultura geral; que a formulação de políticas de formação profissional deve considerar a situação de abandono econômico-social e cultural-educacional da maior parcela da população; que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos destinados à formação profissional devem ser considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores.

A CUT explicita, ainda, que a formação profissional deve ser pensada como parte de um projeto educativo global e emancipador dos trabalhadores. Percebe-se, no entanto, uma carência de formulação mais ampla e consistente, que leve em conta as mediações sociais e políticas e suas implicações.

Nos documentos consultados, a CUT defende a tese de que a burguesia tem optado pelo caminho mais curto, o da adaptação do trabalhador ao próprio local de trabalho e às inovações produtivas pela via do treinamento específico. De fato, as tendências, em todo o mundo, têm sido de valorização da formação profissional no interior dos processos produtivos, por causa do ritmo extremamente rápido das inovações produtivas.

Tal realidade interpela a capacidade do movimento sindical de refletir suas propostas à luz da questão da organização por local de trabalho. Até que ponto as estratégias dos trabalhadores têm se dado conta da necessidade de ir além da gestão dos recursos destinados à formação dos desempregados? De que forma o movimento sindical poderá interferir na formação em serviço, na formação permanente daquele pequeno grupo de trabalhadores incluídos nos postos de trabalho das indústrias e dos serviços de ponta?

Por certo as políticas diferenciadas para formação profissional guardam relação com os tipos de demandas diferenciadas de reprodução da força de trabalho. Em linhas gerais, três eixos se destacam: o voltado para os trabalhadores assalariados relativamente estáveis; outro, para setor de formação dos chamados empreendedores (trabalhadores de seu próprio negócio); e um terceiro, que se propõe a explorar as virtualidades do artesanato, dentro de uma aceção bem larga, na atualidade (os autônomos terceirizados). É possível articular estas diferentes deman-

das de formação profissional numa perspectiva unitária e de classe?

Com o avanço tecnológico emerge nova configuração do saber no trabalho

O Estado e o empresariado se propõem a discutir com a sociedade civil a gestão da formação profissional. Trata-se de uma nova realidade que coloca novos desafios para os trabalhadores: questões relacionadas às implicações das mudanças sociais para o trabalho humano, para a formação profissional, para os padrões de incorporação do trabalho pelo capital e para alternativas de negociação e de luta dos trabalhadores.

Falar hoje sobre gestão da formação profissional requer compreender os nexos relacionais entre o tipo de trabalho e formação demandadas pelo capital e o que constitui a necessidade e o interesse dos trabalhadores, considerando que a estes importa valorizar a sua força de trabalho, mas sem que as estratégias de negociação não comprometam perspectivas classistas de luta pela superação das contradições, que impedem sua efetiva emancipação humana.

Sabemos, por exemplo, que a formação calcada no pressuposto da antecipação da qualificação ao ingresso no mercado de trabalho torna-se insuficiente e aí reside outro grande desafio para se pensar a gestão e a concepção da formação profissional, pois esta foi moldada historicamente dentro desta perspectiva.

Segundo Machado (1992) faz-se, mister, hoje, o desenvolvimento de uma qualificação pedagogizada, que forneça aos trabalhadores os meios e as condições para sua reatualização profissional. As organizações dos trabalhadores tem pensado nesta questão?

Há por parte delas conhecimento e discussão das implicações das mudanças que ocorrem com a alteração no tratamento, na conservação e na transmissão das informações mediante o uso da informática para a redistribuição política do saber? Se mudan-

ças ocorrem na relação entre informação, poder e educação, como pensam suas implicações para a formação profissional? Se com a informatização dos processos produtivos e da sociedade aparecem novos mecanismos de transmissão de conhecimentos à parte dos sistemas de formação escolar, como consideram esta nova esfera de atuação, cujo poder de influência já se mostra considerável?

Considerando-se que com as novas tecnologias informacionais e da inteligência passa a emergir uma nova configuração do saber no trabalho, que novos papéis e novas funções sociais surgem para o aparato produtivo em termos de formação e como podem os trabalhadores intervir na gestão dos conhecimentos aí produzidos, na medida em que contribuíram para a sua geração?

Os atuais desafios demandam uma intervenção consciente e crítica dos trabalhadores

A crise de sindicalização e do sindicalismo, transparecida no defensismo, no crescimento dos processos de institucionalização, no distanciamento da construção de movimentos autônomos, no enfraquecimento das perspectivas de consciência para além do capitalismo (Antunes, 1994), guarda correspondência com os mesmos fatores que geram o sindicalismo de envolvimento, de cooperação de classes, ou seja, a perda de referência histórica da classe da necessidade de superação da alienação e, consequentemente, de emancipação humana do trabalho.

Os atuais desafios demandam uma intervenção consciente e crítica dos trabalhadores na gestão da formação profissional, tendo como horizonte uma estratégia efetivamente classista, um projeto de sociedade que interessa ser construído pelas classes trabalhadoras.

Quando os trabalhadores se sentam para negociar nas chamadas câmaras setoriais, eles podem estar, se para isso não se precavem, simplesmente contribuindo para ajudar a gerir uma crise que não é sua, mas do capital. Por outro lado, se delas se ausen-

tam, poucas possibilidades terão de influir para que as necessidades sociais sejam contempladas.

Não é algo fácil para os trabalhadores levar essa discussão no movimento sindical, em parte pela complexidade temática, em parte também pela multiplicidade de interesses do lado do trabalho, já que a classe que vive do trabalho, hoje, constitui uma composição muito heterogênea e fragmentada. Por certo, ainda que se tenha no horizonte interesses básicos e comuns, a posição em que se encontra cada segmento da classe em relação a este horizonte é muito diferente.

Como articular na gestão da formação profissional interesses tão diferentes como, de um lado, as necessidades de atuação real dos trabalhadores frente ao modelo integrado e flexível, que incorpora cada vez mais uma parcela menor de trabalhadores, para os quais se atribui uma nova dimensão para a qualificação; e, de outro, a necessidade de inclusão no projeto estratégico da classe de um contingente cada vez maior de trabalhadores excluídos do sistema produtivo?

Tal dilema decorre do fato de que estas duas realidades são as faces de uma mesma moeda, pois a adoção dos novos métodos tecnológicos, organizacionais e gerenciais representa a acentuação das tendências de precarização do emprego de amplas parcelas da força de trabalho.

Os trabalhadores têm reconhecido essa contradição entre a necessidade de reconversão dos perfis de qualificação e a lógica da exclusão social? Como a incorporam quando discutem suas estratégias para a formação profissional? Que referências consideram e se consideram necessárias para uma definição de uma formação profissional que trabalhe no sentido de superação das desigualdades sociais e do próprio capitalismo?

Como pensam resgatar, no movimento social, a importância de reconquistar o controle da formação profissional por parte dos trabalhadores como elemento necessário à valorização do próprio trabalho?

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao trabalho? As metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo.** Tese de livre docente IFCH/UNICAMP, 1994.
- Braverman, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no século XX,** editora Zahar, 1981.
- Carvalho, Ruy de Quadros. **Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação,** in Ferreti, C.J. et. al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar,* Petrópolis, Vozes, 1994.
- CUT. **Resoluções do 5º Congresso Nacional,** São Paulo, maio de 1994.
- Fidalgo, Fernando Selmar & Machado, Lucília Regina de Souza. **Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital,** Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.
- Foucault, M. **Microfísica do poder,** Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. **Vigiar e Punir,** Petrópolis, Vozes, 1977.
- Frigotto, Gaudêncio. **A centralidade do trabalho na vida humana no contexto da crise de modernização.** Rio de Janeiro, UFF, (xerografado), 1994.
- Gómez Campo, Víctor Manuel. **Efectos de la innovación tecnológica sobre el empleo y la calificación,** in Revista Latinoamericana de Estudios Educativos, México, vol. XV, nº 1, 1985.
- Gorz, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo,** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- Harvey, David. **A Condição Pós-moderna,** São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- Hirata, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência: A evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial,** in ANPED, Workshop, Trabalho e Educação, 44ª reunião anual da SBPC, (xerografado), 1992.
- Kurz, Robert. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de saseria à crise da economia mundial,** 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- Leite, Márcia de Paula. **Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: Uma tendência à democratização das relações de trabalho?** In Educação & Sociedade, Campinas, Cedes/Papirus, nº 45, agosto de 1993.
- _____. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária,** São Paulo, Scritta, 1994.
- Machado, Lucília Regina de Souza. **Recursos Humanos com Qualificações Sólidas,** in Cadernos de RH, Belo Horizonte, IEDRHU, nº 4, 1993.
- _____. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora,** in Coletânea CBE, Trabalho e educação, São Paulo: Ande-Anped, Campinas, Papirus-Cedes, 1992.
- Mattick, Paul. **Integração capitalista e ruptura operária,** Porto, A Regra do Jogo Edições, 1977.
- Moraes Neto, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford as forças produtivas em discussão,** São Paulo, Brasiliense, 1989.
- Offe, Claus. **Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho,** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- Salerno, Mário Sérgio. **Produção integrada e flexível e processo operatório: notas sobre sindicatos e a formação profissional,** in Coletânea CBE, Trabalho e educação, São Paulo, Ande-Anped, Campinas, Papirus-Cedes, 1992.
- Saviani, Demerval. **Neo-liberalismo ou pós-liberalismo? Educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina,** in Coletânea CBE, Estado e educação, São Paulo, Ande-Anped, Campinas, Papirus-Cedes, 1992.
- Segnini, Lilliana Rolfsen Petrilli. **Controle e resistência nas formas de uso da força de trabalho em diferentes bases técnicas e sua relação com a educação,** in Coletânea CBE, Trabalho e educação, São Paulo, Ande-Anped, Campinas, Papirus-Cedes, 1992.
- Senac, Departamento Nacional. **Qualidade da formação profissional,** Rio de Janeiro, 1988.
- SINE/SP. **Programa de Requalificação Profissional,** 1994.

* Mestre em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Em defesa dos trabalhadores

A poderosa onda de manipulação das elites, evidente na ofensiva pela privatização da Petrobrás, exige respostas do sindicalismo. A elaboração teórica e a formação dos quadros sindicais são tarefas urgentes. Daí a importância decisiva do CES - uma entidade comprometida com as lutas dos trabalhadores e com o avanço do sindicalismo classista em nosso país.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE (SINDIPETRO/RN)

A conturbada história do sindicalismo japonês

Augusto Cesar Buonicore *

Apesar dos recentes abalos econômicos, o Japão ainda é tido como uma das coqueluches do capitalismo mundial. A burguesia não deixa de elogiar “o espírito de colaboração dos trabalhadores japoneses”. Nada fala, entretanto, sobre as condições em que se operou este processo de incorporação dos assalariados. O artigo abaixo, ao historiar a trajetória do sindicalismo no país, serve para desmascarar o atual paraíso do capital.

A deposição do Xogunato em 1868 e o estabelecimento da dinastia Meiji cumpriu no Japão um dos papéis da revolução burguesa no ocidente: o de impulsionar o processo de industrialização. A “revolução de 1868” colocou o poder nas mãos dos nobres da parte sul-ocidental que, sob o manto imperial, aliaram-se com os setores da nascente burguesia. O imperador adota então uma ativa política de incentivo à indústria, com subvenções e construção de obras de infra-estrutura.

A revolução industrial à japonesa conheceu as mesmas mazelas da sua congênere ocidental com a exploração da força de trabalho e foi agravada pela manutenção de relações sociais pré-capitalistas, como a servidão. A falta de operários nas cidades leva ao recrutamento dos camponeses. Centenas de “agentes de emprego” vasculham as aldeias a procura de mão-de-obra, especialmente feminina. As jovens são praticamente

compradas de seus pais pelos capitalistas japoneses.

As indústrias de tecidos e de seda se transformam em verdadeiros cárceres. As jovens trabalhadoras eram proibidas de abandonar a fábrica pelo tempo de duração dos contratos assinados pelos pais. Viviam em alojamentos insalubres, proibidas de sair sem prévia autorização. Era comum o encarceramento nos períodos noturnos. Os operários eram vítimas de castigos corporais e as jornadas de trabalho se estendiam por 16 e 17 horas, sem folga semanais. O trabalho de crianças entre seis e sete anos era comum nas fábricas.

Nos fins do século passado o Japão já era um país capitalista com pretensões imperialistas sobre a Ásia. Os capitalistas japoneses precisavam de novos mercados para seus produtos e novas fontes de matérias primas. Em 1894 o Japão entra em guerra contra a China, que é derrotada de forma contundente-

te. Os tratados de paz garantem a posseção de territórios chineses, facilidades comerciais e uma vultuosa indenização dos derrotados.

Esta vitória dá um impulso sem precedente à industrialização. No espaço de cinco anos (1895-1900) “o capital líquido das companhias industriais mais do que dobrou. Em 10 anos a extração de carvão aumentou em três vezes. A expansão da indústria naval é testemunha deste desenvolvimento: em 1893 somente 7% das exportações e 9% das importações eram transportadas em navios japoneses, enquanto em 1903 os dados correspondiam, respectivamente, a 40% e 35%”.(1)

Na década de 90 o governo investe na construção das indústrias de ferro e de aço. A monopolização da economia já era uma tendência no final do século passado. Neste período dois grandes consórcios se destacavam na vida econômica: Mitsubishi e Mitsui. “A firma Mitsui...depois de 1868 foi se transformando num grande consórcio que incluía bancos, minas de carvão, empresas de navegação, indústria açucareira, fábrica de tecidos e muitas outras empresas”.(2)

As primeiras organizações operárias e a violenta intervenção das elites

A industrialização acelerada leva ao crescimento do operariado e a brutal exploração capitalista acirra a luta de classes. Nas décadas de 80 e 90 eclodem as primeiras greves e nascem os sindicatos no Japão. A frente deste processo estavam os trabalhadores em gesso, os carpinteiros de barcos e os impressores de Tóquio. Em 1886 estalou a greve dos ferroviários japoneses que culminou com a construção do Sindicato dos Trabalhadores das Ferrovias.

A principal liderança deste período foi Sen Kataiama. Operário impressor em Tóquio, imigrou para os Estados Unidos em 1884, entrando em contato com sindicalistas e socialistas americanos. De volta ao seu país, em 1895, seria o secretário do Sindicato

dos Trabalhadores da Indústria de Ferro de Tóquio e criaria a “Sociedade para a Fundação de Sindicatos”. Seu objetivo era fundir o socialismo com o movimento operário.

Em 1901, sob sua inspiração, é fundado o Partido Socialista. Preocupado com o avanço da luta operária, o governo aprova legislação que cerceia a liberdade política e proíbe o PSJ. A guerra russo-japonesa (1904-1905), entretanto, faz renascer o movimento e em 1906 o partido é reconstruído. A exemplo da Europa, logo se divide em duas alas: uma reformista e outra revolucionária - liderada por Kotoku, mais influenciada pelo anarco-sindicalismo.

Ainda em 1906 os trabalhadores de transporte de Tóquio entram em greve e obtêm importante vitória. Em fevereiro eclode outra poderosa paralisação nas minas de cobre de Asio. Para esmagar o movimento foram convocadas tropas do exército e o conflito se radicalizou. Os mineiros entram em choque com a repressão e depredam as instalações da empresa. Como saldo, centenas de feridos, mais de 200 prisões e o fechamento do combativo sindicato.

A situação se agrava ainda mais a partir de 1910. O governo determina a prisão de todos os líderes socialistas, acusando-os de tramarem contra a vida do Imperador. No início de 1911, em julgamento secreto, a suprema corte condena à morte os principais membros da ala esquerda do Partido Socialista, incluindo-se Kotoku e sua mulher. Eles são estrangulados em suas selas poucas horas depois de promulgada a sentença. Organizações socialistas e sindicais são fechadas.

Após o esmagamento do movimento sindical de inspiração socialista, o governo e os capitalistas passam a se apoiar na ala direita do sindicalismo. Compreendem que apenas a repressão não bastaria para conter a luta operária e investem na construção de um sindicalismo de colaboração de classe. Assim em 1912 é fundada a “Sociedade dos Trabalhadores”, a Yuaikai, dirigida por Bunyi Suzuki, que seria a única entidade sindical permitida no Japão.

Mas os objetivos da burguesia não puderam ser plenamente atingidos. Durante o pe-

ríodo da primeira guerra mundial (14-18), a pressão operária leva a própria Yuaikai a encampar velhas reivindicações. Ressurgem as greves. A Yuaikai se transforma na Federação dos Trabalhadores do Japão, Nihon-Rodo-Sodomzi, e aumenta rapidamente o número de filiados. Novamente os patrões e o governo investem numa organização mais domesticada - a Associação para Harmonização do Trabalho e do Capital, sem caráter sindical.

Os avanços democráticos são logo anulados pelo forte Estado militarizado japonês

Em 1918 o governo, pressionado pelo movimento democrático, amplia o direito ao sufrágio e em 1925 estabelece o sufrágio masculino. Nas primeiras eleições após a reforma são eleitos oito representantes dos trabalhadores.⁽³⁾ No ano de 1925 também entraria em vigor a lei que limitava a jornada em 11 horas diárias e proibia o trabalho noturno para menores e mulheres. Mas nada falava sobre a limitação da jornada para os adultos. No ano seguinte, um novo regulamento anula as disposições mais draconianas sobre as greves.

Apesar destes avanços, o Partido Comunista é rigidamente proibido. E mesmo este débil liberalismo sofreria retrocesso com a depressão que abalou o capitalismo mundial após 29. O Japão foi afetado duramente pela crise. Houve drástica queda no volume de exportação, especialmente da seda para os EUA. As falências e o desemprego cresceram. A fragilidade da esquerda, no entanto, não lhe permitiu capitalizar a crise e apontar uma perspectiva para além do capitalismo.

Ao contrário. Presencia-se o crescimento do chauvinismo e do militarismo. A saída encontrada pelos militares foi recorrer a guerra de rapina contra a China. Em pouco tempo suas tropas invadem a Manchuria e impõem um governo títere, encabeçado pelo imperador chinês deposto. Às vésperas da II Guerra Mundial, em 38, o Japão já ocupava a maior parte do norte e centro da China.

Os militares, sempre fortes no Japão moderno, assumiram a direção da política externa e interna. Em 38 é instituída a Lei de Mobilização, que concedia ao governo poderes ditatoriais em nome da segurança nacional. Dois anos após, o governo dissolvia os partidos japoneses e em seu lugar era criado um partido único, a Associação de Assistência do Governo Imperial. Neste “Japão Unitário” não havia lugar para conflitos e nem razão para a existência de sindicatos.

Para o Estado militarista japonês: “capital e trabalho, unindo-se sinceramente, deveriam contribuir para o melhoramento industrial; o maior (os capitalistas) amando o menor, e o menor (os trabalhadores) respeitando o maior”.⁽⁴⁾ Em 1941 o governo deu o golpe fatal nos sindicatos, prendendo as principais lideranças, fechando suas sedes e confiscando seus fundos. Em lugar das entidades sindicais foi criada a “Associação Industrial Patriótica do Japão”, que congregava capitalistas e operários, nos moldes das corporações fascistas italianas.

Derrota do nazi-fascismo reascende a luta operária, mas rapidamente é contida

A derrota japonesa na II Guerra e a ocupação militar americana abririam nova fase de ascenso do movimento operário e socialista. As autoridades de ocupação, lideradas pelo general MacArthur, buscaram destruir as bases econômicas que deram sustentação ao militarismo japonês: o latifúndio e os monopólios. A primeira grande medida foi a realização de uma ampla reforma agrária. Também foi aprovada uma rígida legislação antimonopolista.

No terreno político foram legalizados todos os partidos, inclusive o PC, e restabelecida as liberdades de imprensa e organização. O movimento sindical, favorecido pelos ventos liberalizantes, conheceu crescimento inédito. Em poucos meses surgiram mais de 12 mil entidades, congregando 3 milhões de trabalhadores. Anos mais tarde o número de sindicalizados chegaria a

8 milhões. Em 1950 cerca de 50% da força de trabalho industrial era sindicalizada.(5)

No pós-guerra, os sindicatos se constituíram por indústria e não por ramo de produção ou categoria profissional. Estes se uniam em grandes confederações de caráter nacional. Os comunistas logo se tornaram a principal força. Sob sua influência foi fundado em 46 o Conselho Nacional dos Sindicatos Industriais, o Sanbetsu, que reuniria rapidamente mais de 1.500 milhão de aderentes. A direita sindical, em contrapartida, funda sua própria central, a Confederação Geral dos Sindicatos Operários, o Sadomei, que reuniria cerca de 850 mil sócios.(6)

A eclosão de inúmeros movimentos grevistas aterroriza as classes dominantes japonesas e o exército de ocupação americano. Em 1947, MacArthur intervém pela primeira vez contra o movimento operário ao proibir a realização de uma greve geral convocada pela Sanbetsu. As forças de ocupação, que até então davam apoio discreto a reestruturação do movimento sindical, contra os setores mais reacionários da sociedade japonesa, mudam de posição.

Em 1948, MacArthur força o governo japonês a proibir o direito de greve aos trabalhadores do setor público, onde os comunistas tinham maior influência. Apesar da repressão, o Partido Comunista do Japão consegue mais de 3 milhões de votos nas eleições do início de 1949.(7) A situação se agrava nos anos da Guerra Fria. Diante do avanço da revolução antiimperialista na Ásia, os EUA buscam transformar o Japão numa trincheira do anti-comunismo no continente.

Burguesia japonesa sempre investiu pesado na divisão do movimento sindical

Para cumprir este objetivo, investem contra a influência dos comunistas na sociedade japonesa. Entre 50 e 51, o governo japonês realiza os “expurgos vermelhos”. Milhares de comunistas são expulsos das funções públicas, presos e processados. O PCJ pratica-

mente é obrigado a viver na clandestinidade. A repressão atingiu em cheio o movimento sindical. Mais de 200 mil dirigentes foram destituídos dos seus cargos e centenas de sindicatos são interditados.(8)

Mais uma vez, patrões e governo incentivavam a formação de uma central dócil. Em 1950, à sombra dos “expurgos vermelhos”, nasce a Nippon Rodo Kumiai Sohyogikai, conhecida como Sohyo. Mas o destino reservaria amarga surpresa às elites. A Sohyo, embora não fosse pró-comunista, tinha contradições com a política dos EUA. Sua direção cai rapidamente nas mãos da esquerda do Partido Socialista Japonês, que dirige uma campanha pela imediata evacuação das bases americanas do solo japonês. Também se opõem a participação japonesa no conflito da Coreia.

Não podendo contar plenamente com a Sohyo, governo e patrões patrocinam nova cisão. Em 53, surge o Zenro, que em 64 se transformaria em Zen Nippon Rodo Sodomai ou Domei. Sob hegemonia da direita da social-democracia, defende a política belicista norte-americana. Suas resoluções afirmavam: “Os sindicatos não devem estar necessária e categoricamente contra o sistema. Somos opostos a introduzir a luta de classes nas relações entre patrões e empregados. Por isso nos negamos a lutar ao lado do Partido Comunista e do Partido Socialista”.(9)

Ao longo dos anos 60 e 70 alguns setores do sindicalismo ainda deram mostras de combatividade. A partir de 55, por iniciativa da Sohyo, iniciam-se às chamadas Ofensivas da Primavera, buscando congregiar os sindicatos em campanhas salariais unificadas. Em 56, a ofensiva da primavera envolveu 800 mil trabalhadores, em 64 já eram 6,5 milhões e em 73 chegavam a 8,5 milhões.(10) A conquista de melhores acordos por alguns sindicatos impulsionava as lutas dos demais.

Em 74, ainda no início da grande crise mundial do capitalismo, o Japão conhece o auge do movimento de contestação sindical. Ocorreram neste ano mais de 6.100 greves, envolvendo cerca de 4.323 milhões de trabalhadores. Ainda que as greves fossem de

curta duração, muitas delas de apenas algumas horas, demonstraram o espírito de luta da classe operária japonesa, apesar da direção muitas vezes economicista dada por suas lideranças.(11)

Elas também esbarraram na restritiva legislação sindical. Esta só autoriza as greves por reivindicações econômicas e por empresa. Vigora até hoje a proibição no setor público. Contra esta última restrição, a Sohyo já organizou inúmeras campanhas nacionais. Em 75, 76 e 77, dirigiu semanas de greves ilegais que resultaram em confrontos e detenções de grevistas. Recentemente, em 92, os trabalhadores dos transportes coletivos paralisaram Tóquio por meio período.

No final da década de 70, a Sohyo possuía 4.573 milhões de aderentes e a Domei, 2.266 milhões. Duas outras federações, Churistsuroren e o Shinsabetsu, possuíam respectivamente 1.369 milhões e 70 mil aderentes. Mas cerca de 4.705 milhões de trabalhadores pertenciam a sindicatos não filiados às centrais.(12) Também tem crescido o chamado "sindicalismo de empresa" ou "sindicato casa" - espaço privilegiado para a colaboração de classe.

Atrelamento dos sindicatos avança com novas formas de gerenciamento do trabalho

Não é possível entender a formação deste sindicalismo de direita, em especial do "sindicato casa", sem estudar a forma de incorporação da força de trabalho na moderna indústria do país. Esta se baseia no salário por antiguidade e no "emprego vitalício". O sistema nenko (nen=anos e ko=mérito) nasce como uma necessidade do capitalismo de manter a escassa mão-de-obra qualificada dentro de uma mesma empresa, evitando assim a alta rotatividade do pós-guerra.

Por este sistema, que se sustentou graças ao rápido desenvolvimento industrial do país, os trabalhadores especializados têm emprego "por toda vida". Na verdade esta estabilidade é relativa. Primeiro porque atinge apenas uma pequena parcela da classe

operária. Segundo, porque nos momentos de crise os capitalistas flexibilizam ao máximo este "direito". Reduzem os prazos das aposentadorias compulsórias, alteram jornadas e salários, transferem funcionários para as "terceiras", cortam bonificações, etc.

O salário por antiguidade também foi adotado como mecanismos para manter o operário qualificado. Existem ainda outros recursos de atrelamento ao "espírito da empresa". As bonificações, por exemplo, representam parte importante do salário. O bônus bianual equivale a um terço do salário anual. Cada empresa estipula seus critérios, que beneficiam os mais antigos e os mais produtivos e dóceis. Esta política também serve para flexibilizar a forma de pagamento. Qualquer indício de crise é motivo para suspender as bonificações.

As elites do Japão sempre procuraram dividir ao máximo os trabalhadores. O sistema nenko, como já foi dito, atinge apenas uma minoria dos assalariados. Na década de 70, funcionava em 3 mil empresas, num universo de mais de 4 milhões de estabelecimentos. Beneficiava somente 30% da força de trabalho, segundo Watanabe.(13) Esta divisão leva alguns estudiosos, como Gilles Martinet, a falarem na existência de duas classes operárias no país.

"Aquele que se beneficia do sistema nenko e aquela que forma a massa de trabalhadores não regulares das pequenas empresas, os assalariados com mais de 55 anos e a grande parte da mão de obra feminina... Os trabalhadores temporários que ganham em média 70% do salário do trabalhador 'por toda à vida' estão longe de ter todas as vantagens sociais que beneficiam esta última".(14)

Entre estes trabalhadores de segunda categoria estão também os contratados sem estabilidade. Este contingente cresce nos momentos de pique econômico e diminui nas primeiras intempéries. Milhares de imigrantes (inclusive brasileiros) ainda formam uma terceira categoria. Executam serviços que os japoneses, numa fase de abundância, recusavam-se a fazer. Estes trabalhos são denominados de KKK - iniciais de Kitsui (duro), Kikem (perigoso) e Kitani (sujo).

O “sindicato casa” dá novo e forte impulso à exploração do moderno capitalismo

Os sindicatos japoneses, mesmo os mais combativos, nunca deram a devida atenção a estas camadas do proletariado. Daí a baixa sindicalização nestes setores. Se o índice nas grandes indústrias chega, em média, a 70% (em algumas atinge 100%), nas pequenas fica abaixo de 10%.⁽¹⁵⁾ Todos estes fatores, acompanhados dos melhores salários nas indústrias de ponta (especialmente de automóveis e eletrônicos), explicam o desenvolvimento da ideologia de colaboração de classe.

Outro fator decisivo para a expansão do “sindicato casa” foi a repressão. Sem ela não seria possível implantar tão rapidamente o modelo de desenvolvimento japonês baseado no chamado toyotismo. Além disso, a legislação incentivou a cisão sindical. Ela garante a existência de mais de um sindicato por empresa, mas só reconhece o direito de negociação à entidade com maior número de sócios. Em grande parte das empresas existem hoje dois sindicatos. E foi justamente neste campo de disputa que a esquerda sindical se enfraqueceu.

Na Toyota, a formação do “sindicato casa” está ligada a uma dura derrota da classe operária. Em 50 a empresa demitiu 1.600 empregados. O sindicato decretou greve, que durou dois meses e não reverteu o quadro. Dois anos após, outra greve, de 55 dias, novamente é derrotada. Fruto destes golpes, surge “segundo sindicato”, mais dócil à empresa. Na campanha salarial de 54, este adotou o lema “proteger nossa empresa para defender a vida”. A mesma situação se verificou na greve da Nissan, em 53. Não por acaso estas foram as últimas greves nestas duas grandes empresas.

A reestruturação da capitalismo japonês exigiu a incorporação dos sindicatos. Era vital para o patronato que eles não se opusessem à intensificação do trabalho e à implantação de novas técnicas de gerenciamento - aparentemente mais participativas, no fundo,

mais alienantes. É comum o “sindicato casa” se engajar nas campanhas patronais de demissões voluntárias e de antecipação das aposentadorias compulsórias, com objetivo de garantir o processo de reestruturação da empresa e a sua competitividade no mercado.

A preocupação com a produtividade atinge até mesmo sindicatos menos integrados. As próprias formas de luta provam isso. As greves, quando existem, duram apenas algumas horas e são sobretudo de demonstração. A principal forma de protesto é comparecimento ao trabalho com tarjas pretas para “envergonhar os dirigentes das empresas. Não há o desejo contudo de criar dificuldades financeiras a uma empresa a qual ele está ligado por toda a vida”.⁽¹⁶⁾

Segundo Coriat, “em muitos casos, a passagem pelo sindicato é a condição para ascender as funções de responsabilidade - notadamente em matéria de gestão de pessoal - na própria empresa... O sindicato está estreitamente ligado à hierarquia da empresa através do jogo das carreiras e das promoções”.⁽¹⁷⁾ No caso da Toyota, constata o sindicalista Ben Watanabe, “cerca de 60% dos delegados sindicais e diretores do sindicato são supervisores, o que facilita, para a empresa o controle sobre os trabalhadores”.⁽¹⁸⁾

A crise econômica abala o projeto de cooptação das classes dominantes

Evidente que também aqui há contradições. O caso mais emblemático foi o da demissão do arqui-pelego presidente do “sindicato casa” da Nissan, Shiogi Ichiro. Possivelmente por levar a sério o discurso da “gerência participativa” e não perceber que na reestruturação industrial à japonesa não há lugar para ilusões de “co-gerenciamiento” de tipo social-democrático. Ben Watanabe conclui corretamente que “para a flexibilização total da produção, é necessário destruir o sindicato, mesmo que seja pelego”.⁽¹⁹⁾

Uma declaração do ex-presidente da Companhia Ferroviária Nacional do Japão reflete bem a ideologia oficial do empresariado, que penetra inclusive nas lideranças sindicais. "A unidade da família (empresa) deve ser preservada antes de tudo. A autoridade deve permanecer em mãos do pai (o chefe da empresa). Se a mãe (o sindicato) mimia demasiadamente a seus filhos (os operários), o pai tem o direito a colocar no caminho reto seus filhos e a mãe".(20)

O "sindicalismo casa" só se manteve assentado no processo de expansão acelerada do capitalismo japonês. Mas esta situação, tudo indica, está em vias de desaparecer. A recessão econômica que atingiu o Japão no início desta década levou à alteração da política patronal sobre empregos e salários. A Organização Nacional das Empresas já se posicionou pela extinção do "emprego vitalício" para dar maior competitividade à indústria em crise.

A Toyota anunciou recentemente que contratará os trabalhadores para as funções

centrais sem a garantia de emprego "por toda vida". Também determinou a revisão do sistema de salário por antiguidade e o estabelecimento de uma nova forma de pagamento baseada nos méritos individuais do modelo liberal ocidental. Estas mudanças terão consequências diretas no mundo do trabalho, devendo acarretar profunda crise no atual modelo sindical.

A superação deste modelo implica em grandes desafios. Passa pela incorporação dos trabalhadores das pequenas e médias empresas e dos operários avulsos das grandes empresas, que não possuem nenhum direito e ganham bem abaixo dos poucos que se beneficiam do sistema nenko. Passa pela ação entre as mulheres, jovens, aposentados e imigrantes - segregados no mercado de trabalho. Ou seja, precisa derrubar o dualismo transplantado do mercado de trabalho para dentro dos sindicatos - o que a própria burguesia japonesa parece se encarregar de fazer.

* Historiador. Diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP)

NOTAS

- (1) Storry, G. R., "Japão: Anos de Triunfo", in *História do Século 20*, n.3, pág. 81.
- (2) Juostov, V. M., e Zubok, L. I. *História Contemporânea*, pág. 134.
- (3) Cole, G. D. R., *História do Pensamento Socialista*, vol.4, pág. 313.
- (4) Sims, R., "Japão: A frente Interna", in *História do Século 20*, n.69, pág. 2095.
- (5) Martinet, Gilles, *Sept Syndicalismes*, pág. 191.
- (6) Idem, pág. 195.
- (7) Béraud, B., *La Izquierda Revolucionaria en el Japón*, pág. 59.
- (8) Watanabe, B., "Toyotismo: Um novo padrão mundial de produção?", in *Revista dos Metalúrgicos*, dezembro de 93, nº 1, pág. 10.
- (9) Béraud, B., *La Izquierda Revolucionaria en el Japón*, pág. 160.
- (10) Martinet, G., *Sept Syndicalismes*, pág. 198.
- (11) Idem, pág. 198.
- (12) Idem, pág. 196.
- (13) Idem, pág. 193 e Watanabe, B., "Toyotismo: Um novo padrão mundial de produção?", pág. 11.
- (14) Idem, pág. 193.
- (15) Idem, pág. 194 e Watanabe, pág. 4.
- (16) Idem, pág. 199.
- (17) Coriat, Benjamin, *Pensar pelo Averso*, pág. 86.
- (18) Watanabe, B., "Toyotismo: Um novo padrão mundial de produção?", pág. 5.
- (19) Idem, pág. 11.
- (20) Béraud, B., *La Izquierda Revolucionaria en el Japón*, pág. 162.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?*. Trabalho apresentado no concurso de livre docência em Sociologia do Trabalho no IFCH-UNICAMP, 1994.
- Béraud, Bernard. *La Izquierda Revolucionaria en el Japón*, ed. Siglo Veintiuno, México, 1971.
- Cole, G. D. H. *História de Pensamento Socialista*, volumes 4 e 6, ed. Fondo de Cultura Economica, México, 1975.
- Coriat, Benjamin. *Pensar pelo Averso*, ed. UFRJ/Revam, RJ, 1994.
- Favrod, Charles-Henri (org.). *O Sindicalismo*. Publ. D. Quixote, Lisboa, 1983.
- Gounet, Thomas. "O Toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista", in *Debate Sindical*, nº 10, de fev.-abril de 1992.
- Hirata, Helena. "Trabalho, família e relações homem/mulher - reflexões a partir do caso japonês", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol. 1, outubro de 1986.
- Juostov, V. M. e Zubok, L. I. *História Contemporânea*, ed. Centro do Livro Brasileiro, s/d.
- *Le Monde Diplomatique*, Mai 1994, pág. 21.
- Martinet, Gilles. *Sept Syndicalismes*, éditions du Seuil, Paris, 1979.
- Satoshi, Kamata. *Japão: A outra face do milagre*, ed. Brasiliense, SP, 1985.
- Sims, R. "Japão: A frente Interna", in *História do Século 20*, nº 69, ed. Abril Cultural, SP, 1974.
- Storry, G. R. "Japão: Anos de Triunfo", in *História do Século 20*, nº 3, ed. Abril Cultural, SP, 1974.
- Takaichi, Tsugio. "As origens e os defeitos do toyotismo entre os trabalhadores de Japão", in *Debate Sindical*, nº 13, março de 1991.
- Veja, 2 de fevereiro de 1994, págs. 82 a 84.
- Watanabe, Ben. "Toyotismo: Um novo padrão mundial de produção?", in *Revista dos Metalúrgicos*, nº 1, dez de 1993.



Engels participa do comício do 1º de Maio de 1892 em Londres

150 anos da obra de Engels sobre o operariado inglês

Fábio Henrique Fedrizzi Custódio *

Em março de 95, o livro “A formação da classe trabalhadora na Inglaterra”, de Friedrich Engels, completa 150 anos de sua primeira edição. Apesar de nos dias atuais muitos comemorem a pretensa morte do marxismo, esta obra ressalta a importância deste instrumental de estudo da evolução do sistema capitalista. No artigo abaixo, uma análise do livro e da atualidade das idéias de Engels.

Leipzig - Alemanha, março de 1845. Um livro sobre o proletariado inglês saía do prelo e ganhava a luz do dia. Conturbados dias aqueles. Para os livros e para os homens. A cabeça do rei francês Luís XVI rolando para um cesto vagabundo devia estar presente na memória dos europeus. Robespierre e o “Terror” ainda deviam causar tremores. O trídico “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” não havia morrido com a Revolução Francesa.

A medida que a burguesia consolidava sua consciência de classe, monarquias absolutistas ruíam. Na Alemanha, politicamente fragmentada, relações feudais subsistiam. A burguesia alemã, apesar de não haver, até então, vencido a luta contra a aristocracia feudal, desenvolvia-se cada vez mais. A França, palco da maior revolução burguesa da história, respirava novamente ares revolucionários. Após a deposição de seu rei, o absolutista Carlos X, a burguesia instala uma

monarquia liberal (Jornadas de Julho) e, em 1848, proclama a República.

Na Inglaterra, a burguesia destituiu a antiga classe dos proprietários de terras do poder dentro do Parlamento no início do século. Eram eles, os súditos da rainha Vitória, os que mais tinham a dizer sobre as conquistas da burguesia também no campo econômico. Lá o capitalismo atingiu graus de desenvolvimento como em nenhum outro lugar. Fábricas surgiam e cidades inchavam.

A expansão da indústria revela mazelas do sistema e aguça a luta de classe

Em 1841 cerca de 74% da população inglesa residia em núcleos urbanos. A produção industrial gerava cifras grandiosas, A produção de tecidos de algodão, que em 1785 atingiu 30.400.000 metros cúbicos, em 1850 indicou a cifra de 1.520.000.000. A quantidade de teares mecânicos aumentou de 2.400, em 1813, para 224.000, em 1850. A produção de carvão e ferro triplicou e quadruplicou, respectivamente, entre 30 e 50. A taxa de crescimento da produção industrial, por décadas, variou de 22,9% em 1800/1810 para 39,3% em 1840/1850.(1)

As condições de vida da população proletarizada decresciam à medida que o sistema se expandia. Os índices de mortalidade infantil impressionam. Em Preston, cidade localizada no principal centro da indústria algodoeira (Lancashire), por volta de 1860, de cada 100 crianças pobres, 60 morriam antes de completar cinco anos.(2)

Os trabalhadores reagem. Quebram máquinas, incendiam fábricas. Agrupam-se em organizações. Sofrem a repressão legislativa e política. Aprimoram suas organizações. Lutam. Dão exemplos ao mundo. Pensadores preocupados com a questão operária se manifestavam. Na França, Babeuf, Blanc, Fourier e Proudhon - que pregava a eliminação da propriedade privada e negava as instituições políticas de sua época. Na

Inglaterra, Owen, Gray, Thompson, Hall, Hodgskin.

Por outro lado, as teorias de Thomas Robert Malthus encantavam a burguesia e iravam o proletariado. Segundo este pensador, porta-voz declarado dos ricos, no seu "Ensaio sobre o Princípio da População", como é vulgarmente conhecido, a divisão de classes é consequência inevitável da lei natural e a pobreza é, em termos gerais, devida à fraqueza ou à infelicidade moral dos pobres.

Para Malthus o aumento da população não seria acompanhado pelo aumento da produção de alimentos. Desta forma, fazia-se necessário controlar o crescimento populacional, usando para isso métodos preventivos (redução da taxa de natalidade, esterelidade, abstinência sexual e controle de nascimentos) e métodos positivos (aumento da taxa de mortalidade - fome, miséria, pragas, guerra). E, para o caso desses meios não bastarem, propunha o nobre pensador:

"É evidente que, qualquer que seja a taxa de aumento dos meios de subsistência, o aumento da população tem que ser por ela limitado, pelo menos depois de os alimentos terem sido divididos até atingir as quantidades mínimas necessárias para a vida. Todas as crianças que nascessem além do número exigido para manter a população neste nível teriam que morrer, a não ser que houvesse lugar para elas com a morte dos adultos ... Portanto, para agirmos coerentemente, devemos facilitar... a ação da natureza, provocando esta mortalidade...". (3)

Livro marca uma fase do desenvolvimento do socialismo moderno

Mas, arredemo-nos de Malthus e voltemos para aquele livro de 1845. Passados cento e cinquenta verões, o livro continua sendo referenciado como um marco, um clássico. "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra" e seu autor, Friedrich Engels, então com 24 anos, sofreram críticas inúmeras naquele e neste século. A qualidade das mesmas, e de seus autores, não nos

obriga mencioná-las. Engels e sua obra já foram devidamente defendidos. Na verdade, a seriedade do jovem cientista, sua cautela analítica, a diversidade de fontes utilizadas já geram, por si só, inibição aos críticos - na sua maioria ideológicos.

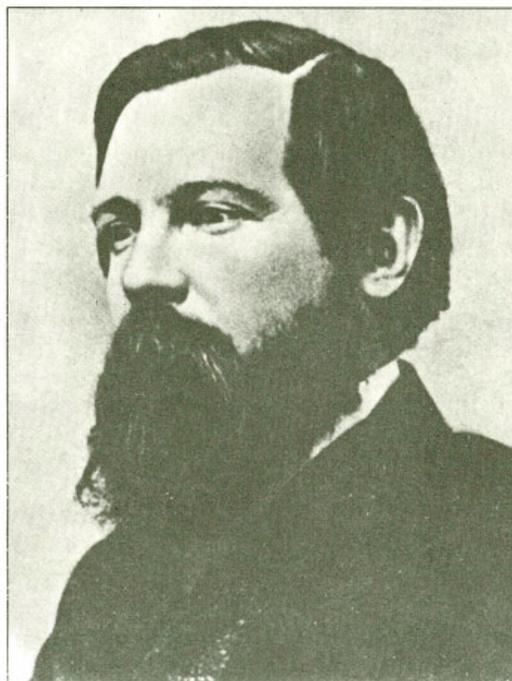
Ainda hoje, a crítica que perdura com mais insistência é, de todas a mais tola - suas "profecias" não confirmadas. Engels, no prefácio à edição alemã de 1892, responde com a citação de todas as observações, então, já confirmados e, com a sinceridade que lhe era própria. Afirma: "Não me permiti suprimir do texto as numerosas profecias, em particular a de uma revolução social iminente na Inglaterra, que o meu ardor juvenil me inspirava, então. Não tendo razão para nos atribuir - a mim e a minha obra - qualidades que então não tínhamos".(4)

No mesmo prefácio, Engels, numa precisa auto-crítica, classifica seu livro como uma das fases do desenvolvimento embrionário do socialismo moderno e "tal como o embrião humano, nos graus primitivos do seu desenvolvimento, continua a reproduzir as guelras dos nossos antepassados: a filosofia clássica alemã"(5). E indica uma incorreção advinda desta formação, aquela segundo a qual o comunismo abrange a libertação de toda a humanidade, incluindo a burguesia.

"Isto está certo em abstrato, mas na prática é absolutamente inútil e por vezes pior. Enquanto as classes possuidoras não só não sentem qualquer necessidade de libertação, mas ainda se opõem com todas as suas forças à libertação dos trabalhadores por si próprios, a classe operária será obrigada a empreender e a realizar sozinha a revolução social".(6)

Sem dúvida um dos principais críticos de "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra" foi o próprio autor. E quem era o Engels daqueles agitados anos? É da própria pena de Engels, quase meio século depois, que tomamos conhecimento do seu "ardor juvenil", que então lhe inspirava.(7) E quão útil não foi aquele ardor?

Marx, numa carta enviada a Engels, então 20 anos mais velho, oferece-nos uma passagem cativante. "A releitura do teu escrito fez-me notar com pena o envelhecer. Com



que trecura e paixão, com que audaciosa antecipação, sem hesitações douradas e científicas, esta concebida a coisa! E a própria ilusão de que amanhã ou depois de amanhã o resultado saltará historicamente á luz do dia dá ao todo um calor e um humor do prazer de viver..."(8)

Engels une a formação teórica com a intensa militância política

Mas Engels possuía muito mais do que ardor juvenil quando, no final do ano de 1842, pisa pela primeira vez em solo inglês. Sua estada naquele país, que se estendeu até agosto de 1844, deveu-se, principalmente, ao projeto paterno de prepará-lo para a sucessão nos negócios da família e afastá-lo do grande palco de luta de idéias em que se tornava a Alemanha.

Se é verdade, conforme Lênine, que Engels só se tornou socialista na Inglaterra (9), também é correto dizer que seu desenvolvimento intelectual já era surpreendente, indo além da filosofia hegeliana (a qual havia aderido anos antes). À formação teórica, Engels uniu uma militância política bastante

intensa. Ele já era na Alemanha um “militante de esquerda”, como diríamos hoje.

Porém, foi o contato direto com os trabalhadores no centro diluviano do capitalismo que lhe conferiu as maiores contribuições para sua formação como pensador e lutador proletário, abandonando definitivamente concepções idealistas e tornando-se um materialista consequente.(10)

Não que Engels não conhecesse as mazes do capitalismo. A cidade de Barmen, na Alemanha, onde nasceu e viveu parte da sua infância e juventude, era um grande centro industrial da Província Romana. Nele a exploração e as privações a que estavam submetidos os trabalhadores eram situações presentes. Escrevendo em 1876 sobre a crise social da sua região natal, ainda nos anos 20, Engels nos fala dos artesões obrigados à longas jornadas de trabalho para aguentarem a concorrência das fábricas e de como, procurando o esquecimento, “a massa da população trabalhadora caiu na bebida”. (11)

O convívio direto com os operários ingleses foi a maior fonte de pesquisa

Nem estava distante dos trabalhadores. Embora estivesse do outro lado do fosso que divide estes da burguesia, sua origem de classe, Engels já se mantinha íntegro às idéias que então passava a assumir. Podemos imaginar a grande angústia desse jovem sob às pressões para tornar-se aquilo que ele, em carta a Marx, chamou de horror - tornar-se um burguês que intervém ativamente contra o proletariado.(12)

Os anos na Inglaterra ofereceram a Engels a grande oportunidade de conviver diretamente com os trabalhadores dentro de uma sociedade capitalista plenamente constituída, com sua polarização social e a reação que lhe é consequente - o movimento operário. A relação com os trabalhadores ingleses ocorreu de forma intensa e apaixonada. Paixão que salta do texto dedicatório de “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”. Diz ele:

“Vivi muito tempo entre vós para ficar bem informado das vossas condições de vida; consagrei a mais séria atenção a conhecer-vos bem, estudei os mais diversos documentos oficiais e não oficiais que tive a possibilidade de consultar; não foi suficiente, não era um conhecimento **abstrato** do meu assunto que me interessava, queria conhecer-vos nas vossas casas, observar-vos na vossa existência cotidiana, falar das vossas condições de vida e dos vossos sofrimentos, testemunhar as vossas lutas contra o poder social e político dos vossos opressores. Eis como procedi: renunciei à sociedade e aos banquetes, ao Porto e ao Champagne da classe média, e consagrei quase exclusivamente as minhas horas vagas ao convívio com simples trabalhadores, estou no mesmo tempo orgulhoso e feliz por ter agido deste modo... orgulhoso porque tive assim ocasião de fazer justiça a uma classe oprimida e caluniada...” (13)

Realmente, em Manchester, após o expediente no escritório da Ermen & Engels, co-propriedade de seu pai, dirigia-se ao bairro operário. Sua aceitação nesse ambiente se deveu principalmente à companhia de Mary Burns, operária da Ermen & Engels, que, posteriormente, tornou-se sua esposa.(14)

A Inglaterra de 1842, como já vimos, era o laboratório ideal para sua formação. Em nenhum outro local Engels encontraria um tal grau de desenvolvimento do capitalismo, lá ele teve contato direto com o movimento operário organizado - o cartismo. Desenvolveu, diante dos horrores criados pelo capitalismo, um verdadeiro ódio pela burguesia.(15)

A primeira aplicação do método marxista no estudo da realidade concreta

Foi neste período que iniciou a formulação de um novo projeto político-social, unindo a análise teórica com a prática política. Ele desenvolve a primeira tentativa de aplicação do método, posteriormente denominado marxista, ao estudo concreto da sociedade. Avança, assim, na compreensão

do mecanismo e das forças motoras da luta de classes. Na sociedade onde as contradições emanantes da produção capitalista eram mais visíveis, ele teoriza a inevitabilidade do socialismo e a missão histórica do proletariado. De fato, é na Inglaterra que ocorre a passagem de Engels pelo idealismo para o materialismo, do democratismo revolucionário para o comunismo.(16)

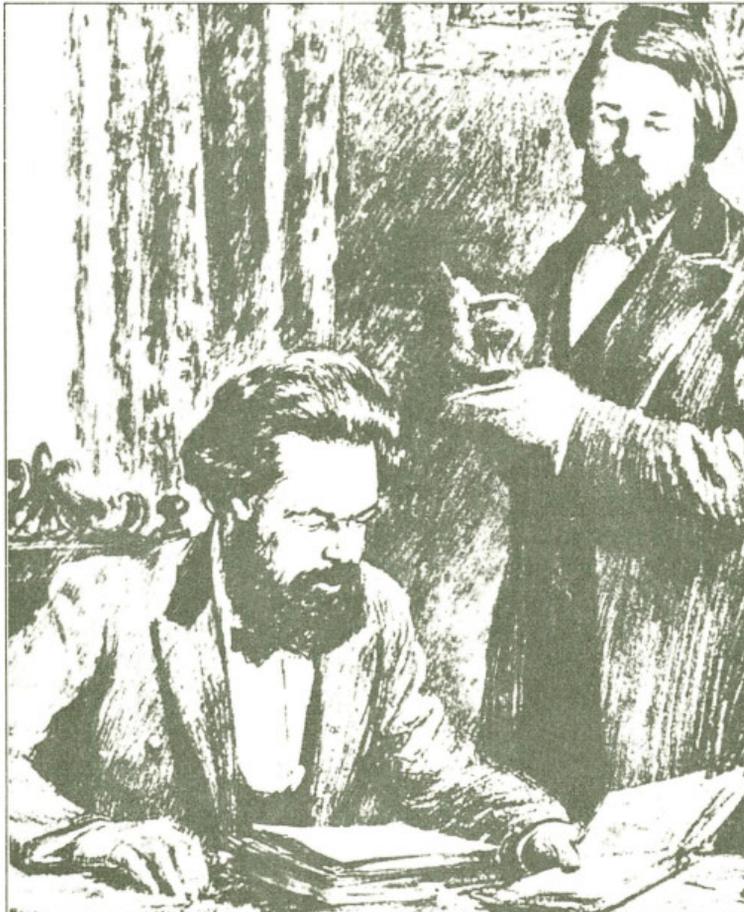
“A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” sintetizou esses avanços intelectuais de Engels e os tem comprovado desde então. Debruçado sobre esta bibliografia, materiais estatísticos, fontes oficiais - como relatórios de comissões parlamentares e de inspetores fabris, revistas e jornais, entre os quais o cartista “The Northern Star”, principal fonte da qual pode retirar testemunhos dos operários, destacando, desta forma na sua obra, a voz dos oprimidos, além de observações diretas do cotidiano do proletariado -, Engels pode nos oferecer uma obra-prima.

Segundo o historiador inglês E.J. Hobsbawn, a obra possui três grandes méritos - marca uma data na história do capitalismo e da sociedade industrial moderna; constitui uma etapa na elaboração do marxismo; apresenta excelente qualidade literária. (17)

Nela, Engels oferece um rápido histórico da revolução industrial com suas consequências sócio-econômicas. É ela, a revolução industrial, que havia tornado a Inglaterra o país do capitalismo clássico, com sua bi-polarização social incrivelmente já desenvolvida. Caracteriza as principais tendências do desenvolvimento capitalista através de uma série de leis inerentes a ele - repetição periódica das crises econômicas, formação do exército industrial de reserva dos desempregados

(que Marx, mais tarde, chamaria de “exército de reserva”, simplesmente), aumento da exploração do proletariado como consequência do crescimento da produção capitalista.

A radiografia da situação do proletariado, obrigado a se amontoar nos centros urbanos é precisa e, por isso mesmo, aterradora. Como nos mostra esta passagem extraída do segundo capítulo - “As grandes cidades”. “Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente submetido às privações, quer dizer, a morrer de fome, e uma maioria sucumbe. Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, **num** cômodo dorme pelo menos **uma** família inteira. A disposição interior das casas é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis mais indispensáveis. As roupas dos trabalhadores



também são, regra geral, medíocres e estão frequentemente esfarrapadas. A comida é geralmente má, muitas vezes imprópria para consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome”. (18)

Atualidade das idéias de Engels sobre o processo dos conflitos de classes

Para Engels, é nas cidades que o capitalismo se mostra plenamente constituído, reconhecendo a urbanização moderna como consequência do desenvolvimento do sistema. À identificação da classe operária, Engels dedica maior parte do livro. Escreve sobre o trabalhador emigrado da Irlanda, o proletariado das minas e o agrícola, os trabalhadores nos diferentes ramos da indústria. Desta forma, identifica e analisa a situação do proletariado no seu conjunto.

Dois capítulos em particular - o oitavo (“Os movimentos operários”) e o décimo primeiro (“A atitude da burguesia em face do proletariado”) (19) - podem ser extremamente úteis frente as situações que atualmente nos tem sido colocadas. Esta obra, já foi dito, está completando 150 anos. O mundo passou neste período por grandes transformações. O capitalismo se expandiu muito além do que Engels podia prever. O proletariado, por sua vez, venceu inúmeras e importantes batalhas. Várias avaliações feitas por Engels foram por ele mesmo alteradas e até excluídas em análises posteriores.

Contudo, assim como as vitórias do proletariado não deram cabo do capitalismo, este também não solucionou suas próprias contradições. Também em crise, o capitalismo tenta se aprimorar para perdurar. Para tanto, propõem mudanças no processo produtivo, novas formas de relações trabalhistas e de organização dos trabalhadores. Como o capitalismo é um sistema social cujas bases são o conflito e a exploração, não podemos vislumbrar outra coisa senão a agudeza da crise social.

Diante disso temos que nos posicionar. Para tanto, conhecer a luta do proletariado inglês contra a exploração burguesa e a prática desta para manter a exploração é muito importante. Não quero aqui desconsiderar o processo histórico e muito menos comparar o início do século XIX com o momento atual, mas, com o neoliberalismo avançando sobre nossas cabeças e conquistando tantas “almas” - ditas de esquerda -, talvez seja salutar lembrar, na melhor das hipóteses, lições que aquelas “almas” já chamam de ultrapassadas.

Afinal, algum armistício pôs fim a guerra social incrementada pelo capitalismo? O burgês deixou de ser inimigo declarado do operário que tenta se desvencilhar da exploração que lhe é imposta? E o proletário? Tornou-se amigo consciente do seu algoz? A criminalidade, fruto da miséria imposta pelo capitalismo, é nossa desconhecida? O extermínio de crianças em nosso país não nos faz lembrar da teoria malthusiana? As atuais condições de vida de milhões de pessoas no terceiro mundo fazem com que as descrições de Engels pareçam ultrapassadas?

A necessidade da luta teórica para superar o sistema capitalista

Na Inglaterra de Engels, os trabalhadores já acumulavam experiências de luta contra a exploração capitalista. Da quebra de máquinas e destruição de oficinas até níveis de organização mais elevados, como o dos cartistas que preconizavam uma revolução por via legal. A burguesia, por sua vez, para se defender, usava do poder do Estado, criando leis que lhe favoreciam - como a Lei sobre os Pobres (1834) que, dissimulada sob as asas do humanitarismo, perseguia os desempregados de tal forma que os obrigava a aceitar os mais baixos salários, investindo sobre as organizações operárias com o intuito de controlá-las, como ocorreu com as “trade-unions”. O presente nos mostra a competência da burguesia nesse campo.

Para Engels, sindicatos e greves serviam acima de tudo para os trabalhadores adquirirem consciência de classe, pois, por si só, não poderiam modificar as leis econômicas que sustentam o capitalismo. Era preciso algo mais. Era preciso transformar a luta econômica num movimento político. Era preciso almejar o socialismo, tendo claro que as vias não poderiam ser pacíficas.

E hoje, não mais é necessário almejar o socialismo? Nós, sindicalistas classistas, continuamos dizendo que sim. O avanço neoliberal, representado pela eleição de Fernando Henrique Cardoso, obriga-nos a radicalizar o discurso e a prática. Dentro de nossos sindicatos não podemos permitir que o economicismo tome conta de nossas atividades. Dentro da CUT, devemos combater o social-democratismo que orienta a corrente majoritária.

No âmbito mais amplo, nosso compromisso é de atuar do combate ao novo humanitarismo passifista burguês - que tem atingido níveis impressionantes, chegando mesmo a ser adotado por setores da esquerda - à eleição de políticos compromissados com a causa socialista, sem a ilusão, contudo, de que vitórias eleitorais sejam a finalidade e não um meio a mais de se construir condições para se chegar ao socialismo.

Nossa atuação, porém, deve estar amparada numa sólida formação teórica. É primordial que os sindicatos classistas invistam na formação de seus membros, propiciando cursos, sociabilizando o conhecimento, fazendo uso de suas gráficas para a produção e reprodução de material teórico.

Por esta formação passa a retomada de obras como "A Situação da Classe Trabalha-

dora na Inglaterra". Esta obra, mesmo que não apresentasse nenhuma qualidade literária e que suas análises estivessem superadas, tem o inestimável valor de documentar historicamente a formação e luta do proletariado contra a exploração capitalista. Através dela nos sentimos mais irmanados. Somos todos proletários. Temos todos a mesma história. A mesma luta nos aguarda.

* Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campinas (SP)

NOTAS

- (1) Engels, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**, Global Editora, São Paulo, 1986, Prólogo, pág. III.
- (2) Gay, P. **La Educación de los Sentidos, Fondo de Cultura Económica do México**, México, DF, 1992, pág. 221.
- (3) Citado por Hunt, E.K. **História do Pensamento Econômico**, Editora Campos, págs. 97/98.
- (4) Engels, F. Op. cit., pág. 369.
- (5) Idem, Ibidem, pág. 368.
- (6) Idem, Ibidem, pág. 368.
- (7) Idem, Ibidem, pág. 369.
- (8) Ilitchev, L. F. e outros. **Biografia de F. Engels**, Edições Progresso, Moscou / Edições Avante, Lisboa, 1986, pág. 70.
- (9) Idem, Ibidem, pág. 37.
- (10) Idem, Ibidem, pág. 46.
- (11) Idem, Ibidem, pág. 14.
- (12) Idem, Ibidem, pág. 63.
- (13) Engels, F.. Op. Cit, pág. 3.
- (14) Ilitchev, L. F. e outros. Op. Cit., pág. 40.
- (15) Idem, Ibidem, pág. 65.
- (16) Idem, Ibidem, p.51.
- (17) Engels, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**, Edições Afrontamento, Porto, 1975, Prólogo, pág. 5.
- (18) Engels, F. Op. Cit. (Edição Brasileira), pág. 87.
- (19) De acordo com a edição brasileira.

Mutações no mundo do trabalho

Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.

Ricardo Antunes. Editora Unicamp/Cortez, São Paulo, 1995.

O pensamento de esquerda vive, decerto, um momento de aguda crise. Vivemos numa época em que a maioria dos intelectuais, inclusive os de tradição “radical”, apressam-se em negar o papel emancipador desempenhado pela luta da classe trabalhadora e, mais do que isto, negam a própria possibilidade da construção de uma sociedade assentada sobre um trabalho que não seja alienado.

É neste quadro nada alentador que a obra de Ricardo Antunes adquire importância especial. O autor parte da constatação que o mundo da produção sofreu profundas mudanças nas últimas décadas. Estas se refletiram diretamente sobre a “forma de ser” das classes trabalhadoras, especialmente da classe operária. A instauração de um novo modelo de acumulação capitalista, em substituição ao fordismo, levou a um processo de heterogenização, fragmentação e complexificação no mundo do trabalho.

Este novo modelo, que tem no toyotismo seu paradigma, não representa, como afirmam seus apologistas, nenhum avanço no sentido da superação da exploração e da alienação do trabalho. Ele, ao contrário, “supõe uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes que possibilita o capital intensificar, sem estrangular, o ritmo produtivo do trabalho.” Acrescenta-se aqui o fortalecimento do mercado dual de trabalho, com a proliferação do trabalho terceirizado,

parcial e precário, sem direitos sociais e subremunerado.

O toyotismo também mantém o “estranhamento” e, em vários sentidos, o amplia. A incorporação do trabalhador ao ideário da empresa “é de muito maior intensidade e, qualitativamente distinto, daquele existente na era do fordismo. Este era movido... por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais ‘consensual’, mais envolvente, mais participativa, e em verdade mais manipulatória.”

Outro mito, que adquire toques de realidade nos discursos dos empresários, é o fim da separação das funções de elaboração e execução no modelo japonês. Nada mais falso. Segundo Antunes, isto não passa de aparência, porque “a concepção efetiva dos produtos, a decisão de que e como produzir, não pertencem aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor... Preserva-se, sob todos aspectos, o fetichismo da mercadoria.”

Antunes, portanto, é um crítico das posições de autores como Coriat, que sugerem que “nem tudo é negativo” no toyotismo. E, também, ao contrário de Coriat, que alimenta a ilusão na possível incorporação das virtudes do modelo japonês ao modelo social-democrático europeu, Antunes afirma que menos que a socialdemocratização do toyotismo, em caso de uma fusão, “teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da social-democracia.”

Ricardo Antunes no seu trabalho atualiza algumas importantes teses marxianas e polemiza contra aqueles que, como Habermas, Offe e Gorz, negam a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Para ele, continua atual a afirmação de Marx de que “o aumento crescente do capital constante em relação ao variável reduz relativamente mas não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca” e que “mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado... ainda assim a criação de valores de troca seria resultado desta articulação entre os trabalhos vivo e morto.”

Ao analisar a crise da sociedade do trabalho, Antunes resgata a distinção marxiana entre o trabalho abstrato (que produz valor de troca) e trabalho concreto (que produz valor de uso) e questiona: Qual crise? Qual trabalho? Esta confusão, entre trabalho concreto e abstrato, leva a autores, como Gorz, a “imaginem um trabalho sempre heterônomo (subordinado e alienado), restando praticamente a luta pelo tempo liberado... como se fosse possível viver uma vida absolutamente sem sentido no trabalho e cheia de sentido fora dele... tentando compatibilizar trabalho aviltado com tempo liberado.”

E contra aqueles que pregam o fim da sociedade do trabalho em geral, Antunes afirma que “enquanto criador de valores de uso... não parece conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social... Uma coisa é conceber, com a extinção do capitalismo, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis.”

Para o autor, se existe uma crise esta é a da sociedade do trabalho abstrato (capitalista) e na resolução desta a classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogênea e complexificada, continua tendo papel central. “As possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho.” Embora reconheça que esta luta será “mais complexa e difícil que no passado, quando sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente.”

A primeira grande tarefa dos socialistas revolucionários deve ser a de superar a fragmentação da classe trabalhadora e “buscar os mecanismos necessários, capazes de possibili-

tar a confluência e aglutinação de classe, contra todas as tendências à individualização das relações de trabalho, à exarcebação do neocorporativismo...”

Por isso critica Gorz, que concebe os trabalhadores do núcleo central da produção capitalista moderna como “quase irresistivelmente integrados à ordem do capital, perdendo a possibilidade de vê-los enquanto sujeitos capazes de lutar por uma vida emancipada.” Mas também critica àqueles que negam o papel revolucionário desempenhado por esta gama de trabalhadores não qualificados, terceirizados, por tempo parcial, precários e desempregados, que proliferam na sociedade capitalista moderna.

Para ele, “as recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, mesclam elementos destes dois pólos da sociedade dual.” Por isso, entende que “a superação do capital poderá resultar de uma empreitada que aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho.”

O livro de Antunes contém ainda dois interessantes artigos: “Mundo do trabalho e sindicato na era da globalização”, já publicado pela revista Debate Sindical, e “Trabalho e Estranhamento”, no qual discute o conceito marxiano de “trabalho estranhado.” As partes mais polêmicas do livro são as que abordam o problema da crise da URSS e do Leste Europeu, encarada, na minha opinião, corretamente como reflexo da crise geral da chamada sociedade produtora de mercadorias (capitalista); uma crise que caminhará da periferia para o centro.

Apesar das concessões ao trotskismo (teoria da revolução permanente) e às teorias sociais democratas (não leninista), que negavam a possibilidade objetiva de construção do socialismo na URSS a partir de 1917, a obra nos dá algumas pistas importantes para entendermos a crise e a bancarrota das experiências ditas socialistas. Por tudo isto, o trabalho de Ricardo Antunes é uma destas obras de leitura obrigatória para todos aqueles que desejam compreender melhor as razões da profunda crise que atravessa o movimento operário e socialista no mundo.

Fábio Henrique Fedrizzi Custódio - diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP).

Limites da imprensa sindical

Imprensa sindical, greve e consciência de classe.

Dennis de Oliveira. Dissertação de mestrado. ECA/USP, 1992.

A dissertação de mestrado, defendida por Dennis de Oliveira na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, analisa o discurso do jornal **Tribuna Metalúrgica**, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, durante julho de 1983 - mês de preparação e deflagração da greve geral contra a política econômica do governo João Baptista Figueiredo.

O trabalho, nas palavras do próprio autor, visa “a partir de considerações sobre a formação da consciência de classe do proletariado, apontar as limitações do discurso sindical no processo de conscientização dos trabalhadores, tendo como objeto de análise a corrente sindical que renovou o sindicalismo no final da década de 70.”

Dennis sustenta sua hipótese de pesquisa numa bem estruturada análise teórica. No capítulo *consciência de classe e ideologia* discute a constituição da consciência a partir das relações materiais e subjetivas que se dão entre os indivíduos sociais. Vai buscar sustentação científica no pensamento de Karl Marx (*A Ideologia Alemã*), Georg Lukács (*História e Consciência de Classe*), Manheim (*Ideologia e Utopia*) e Poulantzas (*Poder Político e Classes Sociais*), dentre outros.

Isto para apontar, muito apropriadamente, que “a consciência não se explica apenas pelos elementos materiais.” Se assim fosse, todos os trabalhadores que vivem em condições desumanas, sem a satisfação de suas necessidades básicas, teriam consciência das relações de poder que os envolvem e rejeitariam tal situação social degradante, evidenciando-se um conflito.

No entanto, não é assim que se dá a realidade. O sistema capitalista gera relações de alienação. Os trabalhadores têm em seu cotidiano o exercício de uma práxis alienante. Ou seja, relações sociais “que criam uma estrutura simbólica que não dá conta do equilíbrio de busca da satisfação individual no campo social ... O indivíduo passa a trabalhar contra si mesmo, contra seus próprios interesses, crian-

do um antagonismo entre o seu ser racional e o seu instinto de sobrevivência.” Esta falsa consciência legitima relações sociais injustas e institui poderes políticos que excluem a maioria da população, “com a anuência desta mesma população excluída.”

Em decorrência de tais observações, o autor coloca a necessidade do abandono da idéia da supremacia da infra-estrutura sobre a superestrutura. Pois, é necessário adotar uma postura dialética também no entendimento do jogo que se estabelece entre o material e o simbólico, principalmente na atualidade, devido a enorme penetração que os meios de comunicação têm na vida da sociedade, elevando a patamares importantíssimos as manifestações simbólicas.

O determinismo das análises sobre o papel dos meios de comunicação e do produto jornalístico, diz o autor, também precisam ser relativizados. As análises românticas e puristas, influenciadas pelo pragmatismo, assim como as negativistas, que vêem os meios de comunicação de massa apenas como mecanismo de alienação, ao serem abandonadas dão espaço à análise crítica aprofundada, permitindo a identificação do discurso dialógico e do discurso dogmático.

Este processo de análise não deve ser à chamada grande imprensa, já que a imprensa sindical, como destaca Dennis, ainda “não conseguiu libertar-se do espaço de comunicação oficial da direção do sindicato, para ser um sistema de comunicação dos trabalhadores.”

É com base nestas reflexões que o autor estabelece a categoria do *discurso integrista e do discurso humanista* para efetuar sua análise. Para Dennis, a “diferença fundamental entre o discurso integrista e o discurso humanista reside no fato de o primeiro ter como referencial o poder constituído, enquanto o segundo referencia-se no ser humano. O discurso humanista tem como proposta submeter o sistema ao homem, buscando sempre a reelaboração das representações sociais, sendo a mediação com o interlocutor que lhe dá o caráter humanista.”

Dennis analisa a **Tribuna Metalúrgica** procurando resgatar a riqueza de elementos que o discurso jornalístico propicia. Como dados externos, destaca a conjuntura econômica-política do início da década de 80, período final do regime militar, cujo presidente João Baptista Figueiredo desencadeou uma série de medidas econômicas e políticas bastante impopulares. Observa também a trajetória histórica da formação da liderança operária de São Bernardo do Campo, de onde saiu o chamado "sindicalismo autêntico" e, posteriormente, nasceu o Partido dos Trabalhadores.

Para a análise dos elementos internos da mensagem veiculada pelo **Tribuna Metalúrgica**, o autor recorre à qualificação em *unidades informativas* dos termos-chave, selecionados previamente de acordo com os objetivos de sua pesquisa. Este recurso foi proposto por Violette Morin, na década de 60, em estudo sobre os jornais franceses.

A conclusão do trabalho mostra que a formação estritamente sindical da então nova liderança dos metalúrgicos pode ser considerada uma das características do discurso do **Tribuna Metalúrgica**, no qual estão manifestos a despolitização e a limitação da consciência de classe do movimento. Tal limitação da consciência de classe não se origina, porém, apenas daquela luta, mas é agravada pela própria estrutura sindical brasileira, cuja representação e direção surge por mecanismos legais e, posteriormente, pode ser legitimada pela ação dos

sindicalistas, como foi o caso dos metalúrgicos de São Bernardo.

O discurso do **Tribuna Metalúrgica** mostra como a busca da legitimidade, através da ação sindical consequente, está entrelaçada com práticas paternalistas. Demonstra ainda manifestações de consciência de classe e de discurso humanista, porém a dispersão, fragmentação e antagonismos de aspectos relativos à luta econômica e à luta política impedem que este discurso seja, na sua totalidade, um elemento de conscientização da classe operária.

O autor aponta como importante ação do movimento operário a luta pela recuperação da cidadania negada pelo sistema capitalista dependente. Ele afirma que a conquista da cidadania está presente no imaginário social de forma dispersa e desarticulada. "Se o desejo de ter boa assistência médica, educação, saúde, moradia, lazer, etc, está claro para o trabalhador, o que não está é que a negação da cidadania, ou seja destes direitos, é o pilar de sustentação do sistema capitalista brasileiro."

Finalmente, afirma que "o discurso humanista no movimento sindical carece de complementação; foi iniciado pontualmente com o ressurgimento das greves no final do regime militar, mas hoje é incapaz de se apresentar como alternativa perante a classe que representa e à sociedade como um todo."

Roseli Figaro. Jornalista e doutoranda da ECA/USP.

Novas técnicas de cooptação



Controle da Qualidade Total - Uma nova pedagogia do capital. Fernando Fidalgo e Lucília Machado (org.). Editado pelo Movimento de Cultura Marxista, Belo Horizonte (MG), 1994.

O mundo do trabalho vem passando por profundas transformações, fruto da tentativa de recuperação do capitalismo, que enfrenta grave crise. Esta é produto, entre outros fatores, de um certo envelhecimento do atual padrão tecnológico da estrutura industrial, que também se expressa no impasse do sistema financeiro internacional e no endividamento dos países do Terceiro Mundo.

O debate sobre os motivos, aspectos e as possibilidades de se resolver essa crise tem mobilizado milhares de pessoas. Neste esforço, os interesses não são comuns. Ao contrário,

encontram-se em campos opostos. De um lado os que desejam a manutenção da ordem capitalista, objetivando respostas que levem a uma nova etapa de acumulação do capital. De outro, os que buscam o fim do sistema e a construção de uma nova ordem não mais baseada na lógica do capital.

Está em processo uma acelerada inovação tecnológica, concentrada sobretudo na automação do processo produtivo e na introdução da microeletrônica/informática nos setores mais importantes do processo de produção social. Novas técnicas de gerenciamento e "envolvimento" da força de trabalho, como os círculos de controle de qualidade (CCQ), estão sendo implantadas. Tais mudanças, porém, são patrocinadas, desenvolvidas e direcionadas pelos donos do capital na tentativa de propiciar mais uma era de expansão do sistema.

As inovações tecnológicas e as novas técnicas de gerenciamento, apesar de alguns aspectos que podem se tornar positivos para os trabalhadores, alimentam e possibilitam, no fundamental, a manutenção da ordem de exploração capitalista. Compreender o significado das mudanças que vem ocorrendo e se generalizando no mundo do trabalho é importante para os que buscam uma lógica diferente da atual para o desenvolvimento da sociedade.

Elaborado por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, com a colaboração do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, este livro se insere nesta perspectiva. Ele se propõe a suprir uma lacuna: a ausência de publicações reflexivas de conteúdo sociológico, político e filosófico sobre o que efetivamente tem ocorrido e sobre o significado desta mais nova ofensiva do capital.

Os textos partem da constatação de que esta política está sintonizada com a lógica neoliberal de reconversão produtiva e reestruturação capitalista, originada na busca de equacionamento da atual crise de realização do capital,

ou seja do estrangulamento provocado pela própria essência auto-destrutiva do capitalismo e que tem trazido a intensificação das já profundas contradições sociais.

Fazem parte deste quadro: o acirramento da competição intercapitalista; a globalização da economia, para a qual tem-se que garantir a padronização de produtos e processos; a liberalização (privatizações e desregulamentações com absolutização dos mecanismos de mercado - inclusive dos direitos trabalhistas); a busca de flexibilidade e integração, tanto no campo da estrutura econômica, quanto no âmbito dos processos de produção e de trabalho; e o combate à organização autônoma dos trabalhadores.

Os autores desta coletânea consideram que do ponto de vista material e também subjetivo os setores mais afetados por esta política são os trabalhadores, sejam eles da produção material ou de serviços, estejam eles na esfera estatal ou privada. O generalizado sentimento de insegurança individual e a perplexidade com a ofensiva patronal, reforçada pelo refluxo do sindicalismo classista, especialmente após a queda do Leste Europeu, têm colocado o movimento sindical numa posição fragilizada. Por seu turno, ganha corpo o sindicalismo de adesão e negociação, totalmente avesso às alternativas que colocam a necessidade de superação do capital.

Neste sentido, faz-se necessário elucidar essa mais nova intervenção pedagógica do capital, mostrar como ela se estrutura do ponto de vista técnico, político e ideológico, bem como analisar suas contradições. É neste plano que esta obra representa um esforço de contribuição teórica, com a expectativa de ampliar a compreensão crítica do momento que vivemos.

Antônia Rangel. Mestranda em história na Unesp-Franca (SP) e integrante da coordenação nacional do CES.

Assine a revista **DEBATE SINDICAL**

Faça hoje mesmo sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 20,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:.....
Telefone: CEP: Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:.....

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01508-020. Fone/Fax: (011) 270-7702

SEJA REPRESENTANTE DA DEBATE SINDICAL NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente o seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro.

Fone/Fax: (011) 270-7702.

CONVÊNIO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DO CES

Mais do que nunca, a questão da formação é decisiva para o sindicalismo brasileiro. Com esta compreensão, o Centro de Estudos Sindicais (CES) vem desenvolvendo, desde junho de 92, uma rica experiência. Através de convênios firmados com os sindicatos, tem ministrado cursos e promovido seminários periodicamente com o objetivo de multiplicar o número de monitores sindicais. Os resultados desta iniciativa já se fazem sentir em todo o país.

Até o momento, 27 entidades sindicais participam deste projeto. Ao todo, o CES já ajudou a formar 87 novos monitores em vários Estados. Muitos deles estão em plena atividade, promovendo cursos de sindicalismo em suas entidades e regiões. O Convênio Nacional de Formação de Monitores (CNFM) do CES visa dar os elementos básicos de conteúdo e metodologia para que os próprios sindicatos constituam suas equipes de monitores, dinamizando as iniciativas de formação nas suas bases.

O projeto de formação do CES também conta com a contribuição valiosa de inúmeros estudiosos da luta dos trabalhadores. Entre outros, dos companheiros Edgar Carone, Ricardo Antunes, Armando Boito, Décio Saes, Henrique Rattner, Raimundo Pereira, Marcos Gomes, Renato Rabelo e João Machado. Através do debate amplo e plural, objetiva estimular o senso crítico dos participantes.

Caso o seu sindicato tenha interesse em participar desta iniciativa, entre em contato conosco para obter maiores detalhes. O CES também fornece cursos básicos sobre origem dos sindicatos, história do sindicalismo no Brasil, concepções sindicais, mudanças no mundo do trabalho e outros temas. Não perca tempo! A necessidade da formação sindical é urgente!